



ATA DE DA SESSÃO

Sessão Ordinária de Novembro - 30NOV2022 (2.ª reunião)
N.º 13/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, António José Flor Agostinho, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Cláudia Cristina Fernandes Reigota; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, e Diana Catarina Anastácio Gandarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador). O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha, foi substituído por Manuel António Cesário Trovisco, vogal da Junta de Freguesia.

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', a eleita Daniela Ribeiro Alegria foi substituída pelo segundo sucedâneo da lista, Rui Manuel da Rocha Rufino, confirmada igual ausência da primeira sucedânea, Mariana da Silva Lopes. No Grupo Municipal do PS, o eleito Domingos Manuel Ferreira Vilarinho foi substituído pela segunda sucedânea Mariana Alvelos Silva; o eleito Manuel Modesto dos Santos foi substituído pela quinta sucedânea Sónia Alexandra Fernandes Gomes - confirmadas as ausências dos sucedâneos antecedentes (Carla Maria Madaíl Gandra Santos e Alfredo Joaquim Alves de Sousa, respetivamente).

Os trabalhos desta segunda reunião da Sessão Ordinária retomaram a Ordem do Dia a partir dos seguintes pontos:

Ponto 4. "**Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Orçamental (1.º semestre 2022)**". Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 5. "**Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2023**". Ato deliberativo: aprovação.

5.1. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2023.**

5.2. **Derrama para 2023.**

5.3. **Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023.**

5.4. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - serviços de comunicações, para 2023.**

Ponto 6. "**Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 7. "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2023". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 8. "Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços ". Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 9. "3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2022". Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 10. "Concurso Internacional de Fornecimento de Refeições Escolares". Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h09, o Presidente da Mesa declarou aberta a segunda reunião da Sessão.

Presenças

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':20")

«Boa noite a todos. Peço à segunda secretária que proceda à chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (10':43")

Ordem do Dia

Ponto 4. "Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Orçamental (1.º semestre 2022)".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':20")

«Vamos então reiniciar os nossos trabalhos no Ponto 4.»

Pedro Martins, PS: (13':22")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para uma interpelação à Mesa. Tem a ver com a Ordem do Dia da última reunião e com uma questão que eu coloquei aqui, ao sr. Presidente da Câmara sobre o acesso às piscinas. A questão está na Ordem do Dia e tem alguma relevância porque o sr. Presidente, na sequência da minha intervenção, referiu que eu estava a faltar à verdade, que era falso aquilo que eu estava a referir - quando eu até remeti para a intervenção do membro do CHEGA na última Assembleia Municipal. A questão era esta: o CHEGA felicitou o sr. presidente da Câmara por, no acesso às piscinas, estar a dar prioridade aos residentes do município. Eu coloquei a questão, e o sr. Presidente negou, disse que eu estava a faltar à verdade, que os factos eram falsos. Enfim... agora, venho a saber, através da resposta a um requerimento do Gabinete do sr. Presidente da Câmara, uma resposta a um requerimento do sr. Vereador Sérgio Lopes, em relação às inscrições na Escola Municipal de Natação, na qual é referido, e passo a ler, "a primeira fase destinava-se à renovação das inscrições por parte de residentes e não residentes. E a segunda fase, a novas inscrições, primeiro para os residentes e depois para os não residentes". Portanto, há, aqui, claramente, um privilégio no acesso aos residentes, em detrimento dos não residentes. Esta resposta ao requerimento do Vereado Sérgio Lopes contradiz aquilo que foi dito, aqui, em plena Assembleia Municipal, pelo sr. Presidente da Câmara. Portanto, temos que saber qual é a verdade no meio disto tudo.

Agora, uma coisa é certa. Esta resposta do Gabinete do sr. Presidente vem, claramente, dizer que está a ser concedido um privilégio a residentes face a não residentes, e vem, no fundo, dizer-nos que a Câmara Municipal, neste aspeto, não está a respeitar o Regulamento e vai a reboque de uma proposta do CHEGA chumbada na Assembleia Municipal. Era isto que eu gostava de deixar aqui à nossa Assembleia. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (16':11")

«Eu pergunto ao sr. Presidente da Câmara se tem algum comentário a fazer em relação a esta interpelação.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (16':16")

«Sobre essa questão, não vou tecer qualquer comentário.

No entanto, se o sr. Presidente mo permitir, também gostaria de deixar uma observação sobre a última reunião da Assembleia Municipal.

É sobre a referência que o sr. Luís Leitão fez a um valor do quadro da página 61 do relatório da Atividade Municipal, referente à Requalificação do Espaço Urbano Central no Jardim Henriqueta Maia. Esse quadro foi revisto, com atenção, pelos nossos técnicos e verificou-se, na tabela 11, que estes projetos cofinanciados aprovados tinham por base as inscrições do Portugal 2020, do PT2020. Foi daí que tirámos a informação. Só que na tabela que nós anexámos houve uma duplicação do valor. Portanto, o valor de 2.970.218,57 milhões de euros é o dobro de 1.495.127,46 milhões de euros. O valor remanescente dessa obra era de 61.991,46 mil euros, e, por isso, é que não estava a tabela da direita por executar. Este por executar são as revisões de preços ou outras situações que possam acontecer na obra. O que eu pedi é que no próximo Relatório de Atividade este quadro venha feito.

Vamos tentar pôr aquilo que é o valor do projeto, aquilo que está elegível e cofinanciado e elegível não financiado, e o valor não elegível do projeto.

Portanto, vamos refazer este quadro, que irá, período a período integrar novos projetos, e poderá, uma vez por outra, fazer o balanço desta atividade. Sempre com referência àquilo que são os valores no Portugal 2020 ou Portugal 2030. Ou outros projetos que estão aqui, quase que a primeira parte da tabela são projetos que têm a nossa dependência das candidaturas.

Mas fica a referência, já que pediu explicações sobre isto. Realmente tem razão. Já está corrigido o erro que aparecia na Atividade Municipal. Pedimos desculpa por isso. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Pedro Martins, PS: (18':53")

«Sr. Presidente. Eu coloquei uma questão ao sr. Presidente da Câmara e fiquei sem perceber se ele respondeu, se responde ou não quer responder.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (19':04")

«O sr. Presidente tem mais alguma coisa a dizer?»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (19':07")

«Eu já tinha dito que não tenho mais nenhuma resposta a dar sobre esse assunto.»

Da Assembleia Municipal

Pedro Cristo Graça, UPF: (19':21")

«Eu queria fazer uma interpelação à Mesa, no âmbito do Regimento.

Por aquilo que eu conheço do Regimento, e desculpem se eu estou errado - e também não tenho problema nenhum em dizer que estou errado - quando o colega desta Assembleia iniciou o discurso eu pensei que ele ia defender a honra, porque, de certa forma, sentiu-se que lhe tivessem dito que não era verdade aquilo que ele estava a dizer. No entanto, segundo aquilo que eu leio do Regimento, quando nós interpelamos a Mesa é por questões regimentais e temos que fazer referência sobre que interpelação estamos a fazer à Mesa. Ora, se abrirmos uma exceção neste tipo de situação, em todas as sessões vamos interpelar a Mesa por situações que não ficaram esclarecidas anteriormente. Inclusive a explicação do sr. Presidente da Câmara que, para mim, desculpem a expressão, é extemporânea, independentemente de ter pedido autorização ao sr. Presidente da Mesa para prestar o esclarecimento. É uma opinião minha, mas eu acho que não deveríamos seguir este caminho, se não, qualquer dia, andamos sempre a defender as nossas situações anteriores. Neste caso, regimentalmente, acho que é incorreto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':30")

«A intenção da Mesa foi permitir a clarificação das situações. Acho que podemos ultrapassar este assunto. O importante foi dar a oportunidade de clarificar as situações. O Pedro Martins fez uma questão ao sr. Presidente. O sr. Presidente já respondeu. Creio que está a situação ultrapassada.

Avançamos, então, para o Ponto 4, "Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Orçamental (1.º semestre 2022)". Dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara para apresentar o documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (21':07")

«O documento está na disponibilidade os nossos deputados municipais e estou disponível para qualquer questão.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (21':16")

«Vou então abrir as inscrições. A ordem das intervenções, começa com a bancada do PSD, depois o CHEGA, depois o PS e terminamos com o 'Unir Para Fazer'. Pergunto quem é que se inscreve?»

António Flor Agostinho, PSD: (22':15")

«Relativamente a este ponto eu devia começar por agradecer o envio do presente relatório que tem a vantagem de nos transmitir a fotografia da situação económico-financeira orçamental da Câmara Municipal de Ílhavo, à data de 30 de junho de 2022. Não é uma análise muito exaustiva, mas permite-nos ver alguns dos valores constantes de toda a documentação ou do programa informático existente na Câmara, e, assim, visualizarmos a tendência ou o caminho que a autarquia está a percorrer.

Ao nível da análise orçamental devemos concluir que, retirando os saldos de gerência, de anos anteriores, também transitados, nomeadamente tivemos um saldo de gerência que transitou para 2021 no montante de cerca de 2 milhões e 800 mil euros. Como todos se lembram, para 2022 passou para 4 milhões e 200 mil - bem nos lembramos - e tanto quanto se fala, eu já o disse aqui, para 2023 será superior a 7,5 milhões de euros. Portanto, nós estamos a ver o caminho que isto está a tomar, em termos de transferência de saldos. Isto é sintomático de alguma coisa que todos percebemos, facilmente, já andamos aqui há alguns anos, que quando transitam saldos quer dizer que a receita é superior à despesa. Logo, há aqui qualquer coisa que está a falhar no nosso município. Constatamos que a receita cobrada em 2022 é inferior, retirando os saldos, face a 2021, atenta à reduzida captação de verbas em receitas de capital em 2022.

Igualmente, a despesa paga é inferior em 2022, por força da menor capacidade de pagar investimentos, já efetuados ou a efetuar, ou seja, menor capacidade de executar investimentos com fundos comunitários.

Constata-se que a receita corrente é maior em 2022, sendo superior em cerca de 1,4 milhões de euros - estamos a falar de 6 meses de governação - por força de um maior volume de impostos cobrados. Já a receita de capital é muito inferior, sendo 2,7 milhões de euros inferior à de 2021, sinal de alguma incapacidade em catar receitas de fundos comunitários ou de executar as tais obras e pedir o reembolso das verbas respeitantes aos financiamentos que tinham sido aprovados nos fundos comunitários. Aqui, estamos a perder uma boa alternativa para substituir os nossos impostos, como já vamos ver, daqui a bocado, que estão a crescer em vez de diminuir.

O nível das despesas, verificamos um aumento das despesas correntes de 1,2 milhões de euros, em 2022, e uma diminuição das despesas de capital em cerca de 2,2 milhões. Mais uma vez é o investimento que contribuiu para esta diminuição. Regista-se, também, que ao nível das transferências de capital, estas representam uma baixa execução - apenas 18,1% - influenciada pela baixa execução da participação de fundos comunitários em projetos cofinanciados, que foi só de 13%, sendo que em 2021 esta foi de 59,5%. Vejam a diferença que vai na execução dos fundos comunitários. Isto tem a ver com o pedido de reembolso de verbas, não se esqueçam.

Aso nível da receita cobrada, veja-se a evolução da receita de impostos, tendo-se registado uma evolução bastante favorável em relação a 2021, na medida em que o IMI aumenta 5,4%, em 6 meses. O imposto sobre os veículos automóveis (IUC) aumenta 15% (mais ou menos 85

mil euros). O IMT aumenta 81% (mais ou menos 900 mil euros). A Derrama aumenta 82 (mais ou menos 13 mil euros). Na transferência das taxas específicas para as autarquias locais há um aumento de cerca de 53% (mais ou menos 160 mil de euros). Ao nível das participações de projetos comunitários, via FEDER, verifica-se uma diminuição de 2,5 milhões de euros, consequência das várias obras realizadas, certamente concluídas em 2021. Ao nível da despesa corrente, constata-se um aumento de 15% relativamente a 2021, sendo de relevar o aumento da rubrica aquisição de bens e serviços com um valor de 30,6%, relativamente a todas as outras rubricas. Em sentido inverso, temos uma variação negativa de menos de 41% nas despesas de capital, sendo de registar, com preocupação, a redução de 54,4% na rubrica aquisição de bens de capital, cerca de menos 1,8 milhões de euros de investimento. Ao nível das despesas com pessoal, o valor que disse há bocado, está praticamente estável; já ao nível da aquisição de bens e serviços está a crescer, sendo preocupante o aumento em outros trabalhos especializados, com um aumento significativo e aproximado de 1 milhão de euros, em seis meses. Ao nível da análise financeira, verificamos estarmos estáveis, sintomáticos de que a situação é sólida e com capacidade para enfrentar o futuro sem necessidade de recorrermos a futuros empréstimos.

Concluindo, a Câmara Municipal de Ílhavo está a ter uma ótima capacidade de arrecadar receita, provenientes das receitas correntes, vulgo impostos, e uma deficitária capacidade de obter receitas de capital, vulgarmente designados por financiamentos por via do FEDER ou dos fundos comunitários.

Ao nível da despesa verificamos, em despesas correntes, um aumento, que deve ter a devida atenção, ao nível das aquisições de bens e serviços, e uma grande incapacidade de efetuar despesas de capital, ou seja, de investimento. Tenho dito.»

Luís Leitão, PS: (22:15")

«Agradecer ao Flor Agostinho o trabalho e a leitura que fez das contas, porque a intervenção que eu tinha preparada vou desistir, praticamente, dela. Vou deixar apenas dois ou três comentários.

Diria que a situação financeira da Câmara Municipal não pode ser o único fim da atividade de um Executivo.

Aproveitando as palavras do sr. Presidente da Câmara, na semana passada, a propósito do comentário à intervenção do meu colega e camarada Pedro Martins, quando refere que o PS está generoso no apoio às Autarquias porque cobrou muitos mais impostos do que previa. Para si é uma crítica, para nós um elogio, sr. Presidente. Um elogio porque cobramos mais e, então, partilhamos mais. Se partilhamos mais contribuímos para o desenvolvimento do povo, para o desenvolvimento da comunidade e é esse o exemplo que gostava que partilhasse, também, com o Município de Ílhavo.

Segundo o relatório, a Câmara Municipal de Ílhavo cobrou mais, teve mais receita ao mesmo tempo que tem menos despesa. Em resumo, a Câmara Municipal de Ílhavo cobra mais impostos aos munícipes, pelo menos mais 2 milhões de euros de impostos. A diferença entre receita e despesa ultrapassa já os 4 milhões... ou melhor, está, ainda, em 4 milhões; terminará por 7 milhões, ou 8 milhões, algo assim, no final do ano. Será uma boa gestão ou será falta de iniciativa? Ou eventualmente, pensará abrir algum banco?

Das duas, uma. Há, naturalmente, uma situação que nos obriga a ter que tomar uma decisão entre boa gestão e a falta de iniciativa. A dinâmica de cobrança do IMI e do IMT são suficientemente esclarecedoras para perceber que temos uma cobrança entre impostos de mais de 24%. Porque é que tem medo de reduzir a taxa de IMI? Falaremos no ponto a seguir. Obrigado.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (32:10")

«A minha intervenção é muito simples. Estamos a falar de um relatório do auditor externos e, como tal, estamos a apreciar o mesmo. Não ousava fazer a apreciação do Prof. Agostinho, quase demorou mais tempo que a ler todo o nosso relatório. De qualquer maneira, aquilo que eu queria recordar-vos era o seguinte Este Executivo entrou em exercício no final do mês de outubro. Seria interessante conseguir projetos apoiados pelo FEDER, por todas essas entidades europeias, executá-los e receber tudo em janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho. É isto que estamos aqui a analisar. Seria interessante, seria muito interessante. Mas é política. Temos que lançar aqui umas coisas, para falar dos impostos e falar de tudo. Já dei o introito, vou então falar daquilo que queria.

A Câmara, a 31 de dezembro de 2021, estava numa boa situação económico-financeira. É lógico que este Executivo não terá grande contributo para esse bom desempenho. O interior Executivo, sim, deixou esta instituição com excelente capacidade financeira. Seis meses

depois, a Câmara mantém, nas suas estruturas de indevidamente, autonomia financeira, mais ou menos os mesmos indicadores. Depois, o que andamos aqui a discutir, e as intervenções anteriores falaram muito nesse sentido, é de liquidez. Liquidez que nós definimos como liquidez imediata, que é quando olhamos para o saldo. Mas todos nós sabemos, se tivermos empresas, que não podemos só olhar para o saldo que está na conta. Temos que olhar para outras situações, para a estrutura da liquidez. E aí, quando olhamos para a liquidez geral que veio de 354% para 399%. Quando falamos da liquidez reduzida que veio de 347% para 391%, estamos a falar de um crescimento de 12%. É liquidez a mais? É. Se calhar poderia ser feito de outra forma. Ou então, teremos aqui obrigação. E penso que todos nós estamos convictos disso que é necessário fazer mais investimento. Se calhar os timings e as datas do mesmo podem não ser condizentes com todos nós que estamos a falar. Mas este é o caminho. Concluindo, este relatório da auditoria demonstra a boa situação a 31 de dezembro de 2021. A Câmara está numa boa situação económico-financeira a 30 de junho de 2022. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (34':48")

«Está terminada esta primeira ronda de intervenções. Sr. Presidente, faça o favor.»

Por necessidade e carácter urgente, a eleita Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário ausentou-se, definitivamente, da reunião, antes da discussão do ponto 4 da Ordem do Dia.

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (34':56")

«Eu pensei que este relatório dizia tudo e que ninguém iria dizer nada sobre ele. Afinal, há muito para dizer, mas pouco se disse. É o que eu assumo sobre isto.

Nós quando falamos aqui, e, hoje, haveremos muito de falar sobre isso, falamos sobre o saldo de gerência. Custa-me um bocadinho ouvir, e de certeza que lá em casa vão perceber, porque podem consultar todos estes documentos na web, na página da Assembleia, podem ler este relatório e tomar o conhecimento do que é que este relatório diz a todos nós. E, portanto, fico um bocadinho admirado quando se fala do saldo de gerência e se repete tanta coisa ao mesmo tempo. Nem gosto de pronunciar isso porque parece-me que andamos aqui a tentar iludir as pessoas que estão fora daqui. Neste momento, o saldo de gerência das câmaras municipais tenderá, todo ele, a aumentar, até por força de uma lei, que é a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que nasce em 2011, e vem pôr cobro a algumas situações que muitas autarcas faziam. Recordando, até, que esta câmara chegou a ter 6 milhões ou 5 milhões de euros inscritos de fundos e, no final, tinha a execução de 1% ou 3% no ano, aprovado em contas de abril.

Eu quando olho para aquilo que foram as comunicações os últimos orçamentos de 2021 e 2020, do meu colega antecessor, e que tem, aqui, pessoas que fizeram parte dessa equipa, não vejo aqui um único projeto lançado nesses anos. Um único projeto. Oiço falar da Requalificação do Largo do Cruzeiro, do Navio Santo André, da frente ribeirinha da Gafanha de Aquém, isto em 2021, da Requalificação da Rua das Cancelas, do Centro Cultural da Gafanha da Encarnação, do Largo das Ervas, da construção da rampa dos pescadores, do Pavilhão Desportivo da Gafanha do Carmo, da construção dos passeios da Rua Francisco Xavier, do reperfilamento da Rua do Santuário, da Requalificação dos Passeios da Barra, projeto de execução da dragagem dos Cais dos Pescadores da Costa Nova, etc., etc., para não estar aqui a maçar quem nos ouve sobre estas coisas. Portanto, gostaríamos de ouvir era, aqui, projetos. Olhem, temos o projeto das escolas que precisam de ser reabilitadas - foi reabilitada a escola sul da Gafanha da Encarnação - fizemos aqui este e outro projeto e, realmente, estão no Quadro do PT 2020. Senhor Presidente, veja lá se executa isso. Cumprimos escrupulosamente com um plano de execução das obras que o mandato anterior nos deixou, dos autarcas eleitos, estamos a cumprir com esse trabalho. Temos um relatório de um auditor que tem referências muito positivas áquilo que é a boa execução da câmara nos primeiros seis meses deste ano. Eu, se lê-se isto, não comentaria mais nada. Mas houve aqui comentários e leituras. Eu aconselho toda a gente que leia isto dez ou quinze vezes e que tirem uma conclusão sobre o que ouviram até aqui sobre este relatório. É o que eu aconselho às pessoas. Não tenho mais nada a dizer, sr. Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (38':35")

«Abro, então, as inscrições para uma segunda ronda de intervenções. Pergunto se há alguém que queira usar da palavra, e função do tempo que resta, por Grupo Municipal.»

André Guimarães, PSD: (39':12")

«Eu só queria fazer uma nota de esclarecimento, para não virmos a outra sessão e voltarmos a estes assuntos, porque lemos nas atas... e assim fica dito na hora.

Em 2020 e em 2021 houve muita obra inscrita e que não foi executada, mas todos nós sabemos porquê. E não é sério dizer às frentes das câmaras, lá para casa, como se isto fosse um programa de televisão, um reality show, coo se não soubéssemos o que se passou. Passámos por uma pandemia. Nós tivemos uma câmara que teve que desviar a sua concentração, os seus fundos, os seus recursos para ajudar as pessoas. E o sr. Presidente sabe porque também foi autarca e também ajudou muita gente. E, certamente, que também teve que parar pontos do seu plano de trabalho e do seu plano de atividades para ajudar as pessoas. Era só mesmo para esclarecer isto. E muitas das obras que elencou já estão feitas, outras em conclusão. Está tudo em procedimento e está tudo a ser feito. Nada parou por causa disto. Era só mesmo para esclarecer.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (38':35")

«Não havendo mais intervenções nesta segunda ronda, passo a palavra ao sr. Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (40':25")

«Só quero dizer que fico admirado com o sr. autarca André, as suas referências, vira-se com o dedo a apontar. Não sei o que é que quer dizer com isso. Não percebo onde é que estamos, nem percebo o que é que estamos a fazer. Mas não sou, mais uma vez, que estou a fazer a gestão da Assembleia. Mas dizer-lhe só duas coisas. Esteve bem na última reunião quando disse algumas coisas de bem que estávamos a fazer. E hoje ficou-lhe bem, também.

Estamos a respeitar os autarcas que passam por esta câmara e os autarcas que passam pelas freguesias, nas suas obras. Dar continuidade aos projetos e criar novos projetos. É o que estamos a fazer. Hoje ainda iremos discutir aquilo que são os projetos, aquilo que já podemos estar a fazer ou a não fazer. E, portanto, vamos discutir isso.

Agora, o que nós não podemos estar aqui a discutir é um assunto de uma empresa que tem um contrato para avaliar e entregar um relatório de contas. Eu não posso discutir nada disto. Tenho que dizer, sim senhor, confirmo, está aqui. Está visto. Agora, de onde vem, do que foi, porque foi, está aqui tudo claro. Desculpe, mas não posso fazer mais referência nenhuma. Não sei se o senhor pode, ou se tem esse direito, estar a falar ao mesmo tempo que eu estou a falar. Mas deixo isso para o sr. Presidente da Assembleia. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (41':43")

«Concluído o período de apreciação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do "Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Orçamental referente ao 1.º semestre 2022".

Ponto 5. "Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (41':53")

«Passamos então ao Ponto 5, a aprovação da "Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2023".

O ponto está, por questões processuais, repartido em 4 alíneas referentes à proposta do IMI, da Derrama, do IRS e da Taxa de Direitos de Passagem.

Proponho que se discuta a proposta como um todo e que se realize o processo, como é prática, em votação diferenciada.

Nós, no ano passado, como vamos discutir estes pontos todos de uma só vez, o tempo pode ser curto. Eu proponho que se utilize 1,5 do tempo previsto regimentalmente para este ponto. Ou seja, daríamos mais 50% do tempo para discussão. Obviamente, só usarão o tempo que entenderem e for necessário, no limite de 1.5.

Peço desculpa, sr. Presidente. Pode iniciar a sua apresentação.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (43:16")

«Neste ponto, o Executivo municipal para poder ter uma observação sobre aquilo que serão as despesas futuras da Câmara e o enraizamento de algumas despesas que vão surgindo, não só por aquilo que é a descentralização mas também outros processos que começam a acarretar maior despesa à Câmara - e que muitas das vezes só têm um reembolso final no final do ano, quando fazemos o balanço de todas as contas - julgamos que a questão dos impostos pode passar, e assim o fizemos, por uma redução do IMI que poderá ser a que nós temos agora que é 0,01%, portanto, passamos a ter uma taxa de 0,32%, e a manutenção de todas as outras taxas que tínhamos apresentado no último orçamento. Ou seja, a derrama manter-se no 1,5%, no IUC não podemos ter nenhuma influência sobre ele, no IMT também não, mas temos sobre o IRS que manteríamos nos 4%. E temos aqui uma situação de uma taxa que também deveria ser relevada, aqui, hoje, na Assembleia Municipal, e quem o entender poderá partilhar a sua opinião sobre ela, que é a taxa relativa à passagem do direito de passagem de comunicações. Em alguns municípios da CIRA tem já alguma relevância, em termos de valor arrecadado pelo município. No nosso município nunca houve referência a essa taxa. Acharmos que não havendo referência, uma vez que as empresas de comunicações nos pedem sempre uma opinião, todos os anos, sobre a forma como nos vamos comportar relativamente a essa taxa, nós temos que referir que não há nenhuma aprovação, nem em Executivo, nem em Assembleia, e, portanto, mantém-se no zero. Ela já deu alguma discussão na reunião da Câmara, portanto é natural que se venha a falar sobre ela.

Acharmos que os impostos que nós apresentamos, neste momento, conseguem fazer com que nós consigamos manter o investimento que vai ser referido nas Grandes Opções do Plano, que vamos discutir a seguir, e conseguem olhar para as famílias de uma forma ligeira, acredito, mas que seja possível continuarmos a realizar máximos benefícios para as famílias. Assim se perspetiva.

Uma vez que já vínhamos a registar, no anterior Executivo, uma baixa, e mantivemos no ano passado os 0,33% no IMI. Este ano teremos os 0,32% e mantendo todas as opções de desconto face às famílias numerosas, e ter, também, uma atenção sobre as casas devolutas, com uma majoração dos valores em 30%.

Acharmos que este pacote fiscal vem de acordo com uma linha de investimentos que nós achamos que o município precisa, e que são urgentes, face ao um Quadro Comunitário que está, neste momento, a abrir, e face a toda uma condição que existe na economia nacional, neste momento, de grande instabilidade. O que nos leva a pensar que a câmara poderá ter que recorrer a um empréstimo, caso necessite de avançar, rapidamente para execução e maturidade de alguns projetos, face a um pré-acordo que há com o Governo em duas matérias - na Educação e na Saúde - tendo a perspetiva de termos três obras em três escolas e termos os dois centros de saúde também reabilitados.

Portanto, podemos ter, após a aprovação de um valor que seja preciso para investimento inicial que a câmara não consegue, à data de hoje, ter fundos disponíveis para poder referenciar isso nos seus orçamentos.

Portanto, todas as baixas de receita, neste momento, vão provocar, nos fundos disponíveis da Câmara Municipal, que são vistos, sempre, a seis meses da data, por assim dizer, de registo de uma operação de investimento e que a Câmara tem tido sempre dificuldade - pelo menos desde que eu estou a gerir a parte financeira da Câmara, desde o dia 18 de outubro de 2021. Inclusive, numa das ocasiões tivemos que ir buscar um mês a seguir para conseguirmos ter fundos disponíveis para a realização daquilo que são as despesas correntes.

Vivemos num campo de incertezas. O próximo ano tem dois desafios importantes: o comportamento da energia e da água e dos resíduos, com os acréscimos que tivemos sobre esses valores. Quando nós falamos sobre despesas correntes, também já vemos, no documento que vamos avaliar a seguir, o aumento que essas despesas correntes vão ter. As despesas correntes, pelo registo que já temos de 2022, com a energia elétrica, despesas com gás, despesas com tratamentos de lixo, a colocação dos lixos em aterro e o pagamento dos

lixos, a TGR, todos estes custos aumentaram brutalmente. E, portanto, teve que haver um fator de compensação nos nossos orçamentos. Onde é que ele está? Não existe. Existiu dentro de algumas despesas que tiveram que se deixar de fazer e alguma compensação desses valores, em termos de rubricas, para podermos fazer face às despesas. E, depois, com a regularidade, que também temos, das contas certas por parte de alguns fornecedores que fazem, depois, o reajuste, por exemplo, das contas de energia elétrica, passados dois ou três meses após leituras.

Achamos que este pacote que nós estamos a apresentar, vem responder a uma imprevisibilidade muito grande para 2023, não esquecendo que, já em 2022, tivemos aqui cinco meses em que não conhecíamos o Orçamento do Estado. Temos um ajuste no valor que vem para as autarquias locais. Pensamos que a distribuição em duodécimos também vai acontecer desta forma. Acho que vamos ter, aqui, resultados através da cobrança deste pacote de impostos que podem satisfazer as despesas que possam advir desta incerteza que temos na nossa economia.

Deixaria para discussão da Assembleia e, depois, se for preciso dar mais alguma resposta cá estarei. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (50':23")

«Abro as inscrições para as intervenções neste Ponto 5. A ordem de intervenções será CHEGA, PS, Unir Para Fazer e PSD.»

Luís Leitão, PS: (51':31")

«Só uma nota quanto à questão da gestão do tempo. Eu entendi não dever comentar na altura porque o fator de 1.5 é razoável se nós não gastarmos o tempo. Ficaríamos prejudicados, já que o razoável seria utilizarmos a soma dos tempos todos e aproveitar de forma objetiva. Como nós não temos tanto para dizer... mas, de qualquer das formas, podia acontecer.

Eu acho que esta discussão fica marcada por um acontecimento ou até, se quiserem, um incidente, que foi o método de apresentação desta proposta. Esta proposta foi levada a reunião de Câmara e foi apresentada revelando, eventualmente, uma falta de cuidado, uma falta de profissionalismo, mas seguramente uma enorme confusão na forma com foi apresentada pelo Executivo. O envio de uma primeira versão da proposta determinando a aplicação, por exemplo, da taxa de 0,33 para o IMI, ou seja, tudo igual à taxa que funcionava em 2022, contrário do que está em apreço, que é a proposta de 0,32. Não deixa de ser um episódio que consideramos lamentável, que não pode ser desvalorizado nets debate porque é um fator importante, porque há uma contradição evidente entre os documentos que são apresentados e os seus fundamentos. Entre o momento um e o momento dois que contraria tudo aquilo que é apresentado e que está, hoje, aqui, em discussão, e, portanto, é caso para perguntar ou afirmar, com base de sustentação no seu orçamento a primeira proposta é a que deve ser tida em conta ou devem ser alterados os pressupostos de pois mantém-se tudo igual. Há, aqui, uma falta de profissionalismo ou cuidado gritante. Merecíamos diferente. Revela, eventualmente, tratando-se de propostas tão estruturantes, que é muito mau sinal o rigor, ou a falta dele, com que é pensada ou vivida a atividade do município. Ou seja, de grosso modo, das duas, uma. Ou se trata de um lapso gigantesco, um lapso que vale alguns milhões de euros - o que é muito difícil de compreender, sabendo nós que vossa excelência é cuidadoso na gestão do dia-a-dia - ou se trata de uma evidente barraca ou uma desavença interna entre vossas excelências, ou entre vossa excelência e a sua equipa, se assim o preferir, ou entre os seus mentores, ou, até mesmo, perante alguns dos seus apoiantes políticos. Há aqui, na verdade, um facto político que não devemos esquecer. Se foi este o caso, presumo que estas 24 horas que separaram uma proposta de correção da primeira versão para a segunda, levaram a um intenso debate interno e fazendo alguém perder o chão. Vamos ver, com o tempo, se foi uma coincidência ou se é o princípio de um evento. Se foi este o caso, no futuro, vamos estar atentos e exigiremos um pouco mais de respeito por todos nós, pelo trabalho e pelo cuidado com que se aplica na gestão do seu Executivo. No fundo, é caso para dizer, para rematar sobre este assunto, organizem-se, por favor.

Dito isto. Que pacote fiscal foi utilizado para as previsões orçamentais?

Se é a primeira versão, como queremos acreditar que foi, para que tudo faça sentido, o orçamento que vamos debater é uma ficção face à realidade da proposta. Como vamos avaliar a segunda versão, apesar da incerteza da continuidade da pressão inflacionista, motivada pelo impacto da guerra e pela escalada dos preços da energia, da matéria prima e dos combustíveis, estes acontecimentos não estão a pressionar as finanças municipais em llhavo pelas contas apresentadas.

Genericamente, na proposta apresentada, não vislumbramos projetos, designadamente os anunciados no programa eleitoral do 'Unir Para Fazer'. Seria natural, sr. Presidente, que apresentasse um documento que traduzisse as suas próprias opções políticas, o que acaba por não acontecer. O que só vem demonstrar, mais do que falta de experiência, a falta de habilidade ou, se preferir, incapacidade natural da atual maioria para governar. No ano de perda de rendimentos das famílias - famílias que atravessam uma das mais graves crises de rendimento dos últimos anos - o resultado deste pacote fiscal para 2023 é a cobrança de mais milhões, milhões de euros de taxas e impostos, face ao orçamento do ano anterior.

Discordamos, assim, genericamente, das propostas apresentadas.

Quanto ao IMI, porque a maior parte dos que aqui estão já estiveram noutros mandatos, conhecem a posição do Partido Socialista sobre esta questão. A minha, em particular, que tenho sido um acérrimo defensor. A sua também quando estava do nosso lado, também partilhava connosco esta questão. Hoje, vivendo-a e tendo que tomar as decisões de gestão, corrigiu a pontaria. De qualquer forma, há bastante tempo que fomentamos esta proposta eleitoral de redução para aplicação da taxa mínima de IMI. Consideramos que a redução para 0,32 é insuficiente. É insuficiente porque face às necessidades das famílias de um alívio da carga fiscal. É também insuficiente face à necessidade comprovada do município para absorver este montante. Se dúvidas houvesse, a cobrança de IMT projeta um futuro de maior cobrança de IMI. Está sempre a reforçar a capacidade de cobrança de IMI no futuro. Insuficiente também porque esta receita tem-se mantido sempre acima dos 7 milhões de euros, mesmo nos anos de redução da taxa.

Nesta proposta faltam alguns detalhes com significado político e técnico. Falta uma política de isenções mais assertiva - esqueceu-se, por exemplo, dos jovens. Falta a concretização da majoração de 30% para os imóveis devolutos, que tem sido uma letra morta do passado, também o foi no mandato do PSD e também o é, agora, neste Executivo. Importa fazer-se a organização dos serviços e atualizar o cadastro de imóveis para que se possa aplicar esta cobrança coerciva dos 30% adicionais, como forma de dinamizar toda a política de reabilitação do nosso município.

Quanto à derrama, mantendo também alguma coerência com o que tenho dito no passado e que o Partido Socialista também tem defendido. Como sabe, também partilhávamos caminhos comuns, discordávamos, recorrentemente, da taxa máxima aplicada, uma vez que estes valores não têm servido, estruturalmente para investir na criação de condições ajustadas à instalação de empresas. Se temos dúvidas sobre isto, é perceber as características das nossas zonas industriais. Das quais vossa excelência não tem culpa nenhuma porque é uma herança com muitos anos, mas, digamos, que é necessário utilizar este dinheiro para criar condições de captação, mas também de bom viver, porque o nosso dinheiro, o dinheiro que as empresas pagam serve para investir nas infraestruturas. Em terem parques de estacionamento, acessibilidades, iluminação, carreiras rodoviárias para servirem os trabalhadores que trabalham nestas zonas industriais. Enfim, há muito que se defende que deve haver uma proteção e um desenvolvimento das zonas industriais. Também defendemos uma diminuição ligeira face à taxa máxima para que o município discrimine positivamente face aos municípios vizinhos e crie uma capacidade de reforçar a sua atratividade ou ser mais competitivo face aos outros. Também não devemos fazer diminuições exageradas como a que nos era proposta na sua primeira versão, porque é inconsequente. É consequente com aquilo que diz, é consequente com aquilo que defende, e que significaria, no fundo, estar a diminuir a derrama para atribuir um prémio fiscal a uma ou duas grandes empresas deste município, não tendo impacto nas restantes. Aproveitemos esse dinheiro para gerar condições de desenvolvimento para o município. Por isso, discordamos do fim da isenção às novas empresas. Acreditamos que criam, pelo menos, 5 postos de trabalho porque afeta a fixação de pequenas e médias empresas, e é este um dos fatores, e a realidade, da dinamização empresarial do nosso município. Seria, sim, importante uma discriminação positiva, uma política de isenções inteligente, por exemplo, por setor de atividade. Porque não isentar o comércio e os serviços de proximidade, que foram aqueles que foram mais prejudicados nos anos da pandemia. Isto si, seria estar atento às dinâmicas locais e às necessidades do nosso tecido empresarial, e dar testemunho, pelo menos, significativos

Sobre a taxa de participação variável no IRS, defendemos a descida da taxa para 3% como apoio aos contribuintes, sem penalizar as contas da Câmara Municipal de Ílhavo. De 2020 para 2021, por exemplo, a receita aumentou mesmo com a redução da taxa. Poderíamos manter uma dinâmica idêntica. Portanto, é tudo uma questão de sinais. É preciso manter o sinal do ritmo que queremos seguir. Se estamos de um lado ou se estamos do outro. Ou porque é que estamos agora e não estaremos depois. Assim, discordamos da manutenção

desta taxa em 4%, porque é mais uma oportunidade que perdemos para aliviar a carga fiscal dos munícipes, que representa, individualmente, para cada um, alguns valores significativos. Sobre a taxa de direitos de passagem, é, talvez, o momento mais incongruente deste pacote fiscal. Eu diria que o meu colega Pedro Martins terá algo mais a acrescentar, mas eu falo em relação àquilo que nos parece ser a razão desta taxa. Se um Executivo se demonstra preocupado com tudo o que é captação de receitas, se acha que é importante receber, vamos isentar quem? É uma empresa que não paga impostos cá. É uma empresa que presta cá serviços de comunicações, mas que não contribui com mais nada. Vamos perdoar, por mais irrelevante que seja, o valor da sua cobrança. Vamos perdoar empresas de comunicação. Porquê uma taxa zero? É possível estarmos a votar uma taxa zero? É uma questão que coloco. E depois... se temos o direito de cobrar sem penalizar - os consumidores do Município de Ílhavo, por exemplo, pagam um serviço de comunicação - porque diabo havemos de isentar alguém que não é de cá? Faz sentido, com todo o ritmo que foi apresentado pelo Executivo? Não me parece. Não temos que perdoar a quem não é do município e não temos que discriminar positivamente quem não contribui para esse desenvolvimento. Aveiro, por exemplo, cobra a taxa máxima. Eu não quero o exemplo de Aveiro para o pacote fiscal porque se não teríamos que discutir tudo. Mas pelo menos, aqui, há alguma coerência. Por exemplo, porque não utilizarmos o valor desta cobrança que estamos a deitar fora para promover, anualmente, com o valor desta cobrança, um valor extra para alunos que se destaquem atribuir uma bolsa de estudo? Porque não com este dinheiro que cobramos anualmente, podermos selecionar, todos os anos, uma IPSS para atribuir uma viatura de transporte? Porque não apoiar, financeiramente, uma entidade que seja escolhida por sugestão da própria Assembleia Municipal? É dinheiro, meus senhores. São 15, 20, 25 mil euros? É dinheiro que estamos a deitar fora e que podia cair nos cofres do nosso município. Temos, pois, na nossa perspetiva que arrecadar esta receita e usá-la em benefício do Município. É tudo, por agora.»

Luís Leitão, PS: (01:06:03")

«Não venho acrescentar muito àquilo que já foi dito pelo Luís Leitão. De qualquer forma gostava de sublinhar este aspeto. O 'Unira Para Fazer' tem, por diversas vezes, intervindo na Assembleia Municipal querendo distanciar-se dos partidos, é uma lufada de ar fresco, é uma nova forma de fazer política, mas, confesso, não vejo nada de diferente. Absolutamente nada de diferente. Aliás, se formos a ver, estas propostas que vêm para os impostos, IMI, IRS, Derrama, etc., representam uma linha de continuidade do 'UPF' em face daquilo que eram as propostas do PSD. Portanto, começo a perceber, cada vez mais, aliás, na linha de continuidade das obras, etc., que o 'Unir Para Fazer' não trouxe nada de novo à governação do município. É aquilo que o PSD fazia. Esta é a realidade. Não sei se estão satisfeitos com isso, ou não, mas esta é a realidade. Com a agravante das coisas não serem tão bem tratadas.

Pegando nas palavras do Luís Leitão que lançou a questão que eu iria aqui trazer, concretamente na Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Sinceramente, eu não percebo porque é que vem uma proposta para fixação de uma taxa a 0%. Eu nunca vi isto. Eu acredito que a Câmara Municipal tenha recolhido informação, que esteja a fazer o mesmo que outras câmaras fazem, não percebo a razão referida pelo sr. Presidente de que as operadoras de telecomunicações perguntam sempre aos municípios qual vai ser a taxa ou qual não vai. É evidente, eles têm que fazer orçamentos como nós temos e têm que tentar perceber, tentar prever qual é o valor que, a este nível, vão ter que suportar, ainda que depois o reflitam na tarifa aos consumidores, aos clientes. Mas isso é outra questão. Eu não percebo, sinceramente. Se é para satisfazer essa necessidade, relativamente às operadoras, então há que lhes dizer que nós não vamos aplicar a taxa, ponto. Não é preciso trazer à Assembleia Municipal. Não vejo obrigação legal nenhuma que se tenha de cumprir aqui.

Outro aspeto, esta proposta chega no dia de hoje, 30 de novembro, à Assembleia Municipal. A lei que é aqui referida está revogada, sr. Presidente. Está revogada. No dia de hoje, a lei n.º 5/2004 está revogada. Foi revogada em meados deste mês. Foi revogada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, tinha uma vacatio legis de 90 dias, entraria em vigor daí a 90 dias, está revogada esta lei. Poderia, ao menos, a Câmara Municipal ter trazido na sua proposta, à data em que é feita a reunião de Câmara, efetivamente, a lei estava em vigor - contra isso nada - mas agora está revogada. Portanto, devia ter vindo, se bem vejo as coisas, devia ter vindo uma proposta, de alguma forma, informando dessa situação. A lei está revogada. Refiro-me à lei das comunicações eletrónicas. Foi substituída, tem nova redação, a partir da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto. É esta, pelo menos, a análise que eu faço. E se houver algo em contrário, digam-me. Se houver algo em contrário digam-me. É esta a referência que eu

gostaria de deixara aqui relativamente a esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem Não vejo, realmente, a necessidade de vir trazer uma proposta de 0%.

Quanto ao que acaba por ser mais irrelevante, o mais importante é aquilo que já foi aqui referido pelo Luís Leitão, há mais 2 milhões de euros de impostos recebidos pela Câmara Municipal de Ílhavo. Recebidos pelo IMI, pela Derrama, etc. Há mais 2 milhões de euros de recita por via dos impostos que, quer-nos parecer, dá margem, sem comprometer o rigor financeiro da câmara, há margem para reduzir, como aqui foi dito, o IMI para a taxa mínima, a participação no IRS. Tanto mais, por aquilo que nós vamos podendo observar do Orçamento e do Plano para o próximo ano. Muito obrigado.»

Rui Rufino, UPF: (01:10':54")

«Eu venho aqui abordar, fundamentalmente, a questão do IMI, e, claro, só vou abordar a versão que conta. Que é aquela que está em discussão e, que eu saiba, só está uma versão em discussão. Não vou falar de fait divers, nem vou falar de incidências, porque eu não gosto de falar dos sonhos e dos desejos de ninguém.

E este é, simultaneamente, o pior e o melhor momento para se fazer um esforço para descer o valor do IMI. É o pior, e o mais difícil momento, na medida em que estamos a viver uma forte crise económica, com uma elevada taxa de inflação com incidência especial na energia, mas que acaba por repercutir sobre todos os produtos. Desta forma, não é muito oportuno a Câmara Municipal, ao ver diminuída a sua receita oriunda deste imposto, pois a subida de preços é para todos. Afeta todos, particulares, empresas, mas também instituições públicas e, naturalmente, as autarquias. A inflação é para todos, não é só para alguns. Claro que alguns a podem sentir de uma forma mais difícil ou até dolorosa. Por isso, é que também é o melhor momento, por ser o mais necessário para as pessoas. De forma a ajudar as famílias, entendeu o Executivo fazer um esforço para baixar esta taxa de 0,33 para 0,32, já este ano, assegurando que, até ao final do mandato o IMI baixará para o seu valor mínimo, 0,30. Este é mais um dos compromissos eleitorais que foram assumidos e que vai ser cumprido, mas tem de ser executado de forma a não provocar um desequilíbrio orçamental e não pôr em causa a atividade municipal. Temos que fazer tudo para aliviar as famílias, mas temos também de ser responsáveis e não podemos esquecer, por exemplo, o aumento das despesas correntes das novas delegações de competências. A Câmara Municipal tem despesas permanentes que não podem ser postas em causa, como é mo caso, por exemplo, do quadro de pessoal.

Temos que ser responsáveis e, por isso, também não podemos baixar o IRS para além da taxa de 4% No entanto, vamos mantê-la nesse valor abaixo do seu máximo, esperando que, no futuro, haja condições para a baixar ainda mais.

Porém, importa não esquecer que a diminuição progressiva de impostos exige que se pense noutras fontes de receita, sob pena de se limitar a implementação de novos e futuros investimentos da autarquia. Pensar noutras fontes de receita que compensem a descida dos impostos sobre as famílias é um dever de todos nós. Por isso, é importante que todos os membros desta Assembleia pensem neste assunto e apresentem questões e ideias relativamente a esta questão. E este é um compromisso de todos nós.

Aqui, de facto, estou de acordo com algumas das coisas que o Luís Leitão referiu. Penso que o caminho deve ser conseguirmos receita sem penalizar os residentes de Ílhavo. Neste sentido, eu pergunto ao sr. Presidente da Câmara por um lado, quando é que estaremos em condições de regulamentar e implementar a taxa turística, que eu penso que já está pensada e prevista, e se, de facto, está a ser ponderado para o futuro aplicar a taxa dos direitos de passagem se, de facto, não onerar os residentes de Ílhavo. Obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (01:14':41")

«A minha intervenção era para ser um bocadinho mais curta, mas eu estou um bocado perplexa com o que eu ouvi aqui. Nós estamos a falar de um pacote fiscal e, ao contrário do que foi dito pelo Partido Socialista, nós, Partido Social Democrata, tínhamos um pacote fiscal com solidez, pensado na realidade dos contribuintes adaptado à realidade dos contribuintes e das empresas. E qual não é o meu espanto - porque parece que temos dois pesos e duas medidas - desculpem a liberdade da expressão que eu vou usar, é muito bom quando estamos no Governo, Partido Socialista, mas quando está na oposição já não é tão bom para o cidadão. E eu vou explicar porquê. Quando percebemos que existe, e este pacote fiscal é muito claro quando refere, nomeadamente... De facto, a lei foi revogada, mas quando isto foi aprovado em reunião de Câmara Municipal estava a lei anterior. Portanto, não vejo aqui qualquer ilegalidade. E nós, aqui, estamos a debater documentos que foram aprovados em executivo camarário. Nós não nos adiantamos, à frente, do executivo camarário. As

Assembleias Municipais não se sobrepõem às propostas de pacotes fiscais ao executivo camarário, que é decidido em executivo camarário. Ou então ando baralhada e já ando nisto há alguns anos, é a primeira vez que oiço uma coisa destas.

Relativamente à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, eu sei que o Partido Socialista acha isto normal, aplicar taxas e taxinhas, porque também temos a taxa de audiovisual que está refletida na nossa fatura da eletricidade. Isso é bom, não é? Para o contribuinte é porreiro. Desculpem o termo. É muito bom.

Naturalmente que o Partido Social Democrata sempre trouxe esta taxa para isenção. Naturalmente que fico satisfeita por o Executivo, que lidera os desígnios do nosso Município, trazer a isenção desta taxa, porque estaríamos a ter os consumidores a ter mais uma contribuição na sua fatura das comunicações ou têm dúvidas disto? Eu não tenho. Os particulares já têm um poder de compra tão baixo, as empresas já têm custos operacionais tão altos... quem acham que pagava isto? Eram as empresas? Claro que não. As empresas de eletricidade não pagam o áudio visual. Já pagaram. Estiveram isentas, mas para 2023 já não vão estar, porque, como o André referiu, nós vivemos em situação de exceção, de Estado de Emergência, e o Governo informou as empresas de eletricidade que a taxa de audiovisual não era para a aparecer na fatura dos contribuintes. Dos consumidores, peço desculpa. Mas vai aparecer em 2023. Não tenham dúvidas. Relativamente à fixação da Derrama, tenho a lamentar, sr. Presidente, que, não as pequenas e médias empresas, as microempresas não estarem, aqui, visadas. Quando criamos 5, 6, 7, 10 postos de trabalho, estamos a falar de microempresas, não é de pequenas e médias empresas. Podemos ter um local de trabalho com 5 pessoas e faturar 1 milhão de euros e ter um lucro de 100 mil euros, e sobre os 100 mil euros estas empresas já vão ter a taxa de derrama. Creio que esta isenção seria benéfica para empresas que trabalham na área da comunicação, na área dos combustíveis na área das novas tecnologias, nas consultorias que dão às empresas, e que existem no nosso município. E não precisamos só de zonas industriais. Isto é feito em escritórios mais pequenos ou em unidades mais pequenas que não obrigam a estar instaladas nas zonas industriais. Nós sabemos que esta realidade é muito visível no nosso município. E esta isenção desaparecendo, nós estamos a penalizar todas as empresas e não estamos a estimular novas empresas. Porque são as novas empresas que vão mexer... não há pleno emprego. Não há pleno emprego, não acredito naquilo que o Governo do Partido Socialista gosta de nos vender.

Relativamente ao Imposto Municipal sobre os Imóveis, caro Presidente, eu gostaria que fossemos, aqui, um bocadinho mais ambiciosos. E porquê? Aqui concordo com o Luís Leitão, isto é calculado por via da receita do IMT. Nós tivemos uma receita do IMT extraordinária e poderíamos ter sido um bocadinho mais ambiciosos. Nós não fomos no passado, podem-nos acusar, mas fomos reduzindo gradualmente, mas também não tínhamos esta crise inflacionista. Se calhar o 0,30 já era possível fazer, já era possível implementar. É uma questão de ambição. Mas como nós nos revemos, em geral, no conceito que aqui existe, a não ser na questão da derrama porque é, de facto, fraturante para nós. O nosso voto foi de abstenção não foi votar contra. Podem dizer que é um voto de confiança que nós estamos a dar ao Executivo. Não, não é um voto de confiança. Estanhos é a ser coerentes com o nosso passado. Manifestamos aqui, naturalmente, a questão da derrama que poderia ter mantido a isenção. É o único ponto que eu creio que nos poderá levar a alguma discordância. Mas votar contra creio que ainda não. Ainda não é por aí.

Manifestar a nossa concordância com a isenção na Taxa Municipal de Direitos de Passagem. E terá que vir sempre aqui. E espero que continuem a manter o debate desta taxa, anualmente, para que as pessoas percebam que vivemos num município onde os consumidores não serão taxados com mais uma taxa disfarçada na sua fatura de telecomunicações. Obrigada.»

António Flor Agostinho, PSD: (01:22:15")

«Eu penso que já ficou tudo dito. Subscrevo um pouco o que disse o Pedro, mas fiquei agora um bocado estupefacto. O Pedro Martins, que é jurista e sabe destas coisas, ao qual tenho que dar alguma razão porque no passado assim foi. Como é que nós vamos aprovar uma taxa que foi revogada. Então?! Ah. O decreto é que foi revogado. A lei. O Pedro Martins depois explica-me. É que eu fiquei na dúvida se o resultado dessa sua intervenção aconselharia que nós suspendêssemos a aprovação ou retirássemos o ponto. Não?! A taxa é a mesma. Ok. Mas fiquei com esta dúvida. Neste espaço de tempo fazem-se leis novas, depois fazem-se novas determinações. Também sou daqueles que também não compreende porque é que estamos a criar uma taxa e, depois, não aplicamos, porque taxa zero não é aplicável. Não sei como é que os municípios vão entender isto quando virem, na sua fatura taxa ta ta ta 0%. A

interpretação que eles vão dar a isto... para mim, já sei qual é que vou dar e qual é que vou explicar aos meus amigos. Isto é pouco razoável ou pouco entendível ou pouco explicável, ao comum dos cidadãos. Mas enfim...

Gostava de falar no pacote fiscal. Já aqui muito foi dito. Já foi dito o que é que se passou, desta incompetência, desta pouca impreparação, do que aconteceu num espaço de 24 horas, também nós não compreendemos. Também não compreendemos como é que isto não se refletiu no orçamento. Isto tinha uma receita previsível, porque estavam a prever inicialmente que o IMI não seria reduzido, a Derrama era para reduzir. Enfim... a própria Taxa de Direitos de Passagem era para ser aplicável. Depois, de um momento para o outro tudo isto foi alterado. Entretanto o Orçamento manteve-se, as Grandes Opções mantiveram-se, as verbas financeiras mantiveram-se. E mais...as justificações para estas alterações e para estes montantes das taxas também se mantiveram. Isto deve ter dado alguma discussão interna, acredito que sim senhor, porque não é normal que toda esta confusão se possa gerar.

Relativamente ao IMI, nós tínhamos, no PSD, uma prática já aqui foi dito, e muito bem, pela Margarida. O PSD tinha uma lógica que era reduzir, sempre que possível, o IMI e a uma taxa significativa, desde que as condições financeiras o permitissem. Eu penso que, no momento atual, com as condições financeiras que estão visíveis e que estão bem elucidativas, teríamos condições, certamente, para reduzir para a taxa mínima. Mas não o querendo fazer, temos que o aprovar porque, efetivamente, há uma redução e isto vem de encontro aos interesses dos munícipes, que hoje passam por problemas gravíssimos, não só por força da inflação, mas também pelo custo de vida e também por alguma situação as empresas, nomeadamente pelos custos de contexto, que não há meio de reduzirem e cada vez agravam mais os seus custos e logicamente a inflação. E, depois, temos estes problemas gravíssimos que estão a acontecer na construção civil porque não há empreiteiros, hoje, para construir, ou que estejam disponíveis para se apresentarem aos concursos públicos. Daí aquela confusão que há bocado estávamos a falar dos orçamentos ou dos saldos de gerência. O que está a acontecer é que não se executa e não se executa porque os empreiteiros não têm condições de fazer as obras. Hoje, os empreiteiros estão com gravíssimos problemas, e o sr. Presidente sabe tão bem ou melhor que eu, que lança uma obra e a obra fica deserta. Hoje, os empreiteiros dão-se ao luxo de escolherem as empreitadas que lhes dão mais rentabilidade ou que lhe dão mais lucro líquido. E, então, só vão às boas, já não vão a todas, como antigamente iam. Os concursos ficam desertos. Não se executa. Não se pode pedir o reembolso de verbas. Se não executamos, não temos despesa para provar. E ficamos com saldos de receita. É óbvio isto é tão fácil de explicar e é tão fácil de visualizar e de verificar no dia-a-dia. Ainda hoje, uma empreitada que estava lançada por 400 mil euros, a proposta mais baixa foi de 650 mil. Vejam lá... de 400 mil euros, o único empreiteiro que concorreu, concorreu com uma proposta de 650 mil euros. Isto é impossível. Isto é o mesmo que dizer 'eu não euro, encontrem outro, não estou interessado. Eu estou interessado é numa boa empreitada em que eu possa ganhar muito dinheiro'.

Dar nota, como já foi dito pelo Leitão, que foi retirada a medida que existia na Derrama para a isenção de pagamento para aquelas empresas que se instalassem no território de Ílhavo com mais de 5 empregados. Acho que esta não devia ter sido retirada. Enfim, não sei se foi um lapso. Acho que era um bom argumento para potenciar mais empresas, pequenas empresas, para o município.

Continuamos a dizer que este não é o pacote fiscal do PSD. Nós tínhamos aqui algum papel a intervir, mas também não queremos correr o risco de criar uma instabilidade governativa. Como já foi dito pela Margarida, como foi feito na Câmara, vamos optar pela abstenção e dar continuidade e deixar ao Movimento esta responsabilidade - e já hoje foi dito que o Movimento não passa de um partido político, atua como um partido político, apesar de se apresentar de forma diferente, mas as pessoas já começaram a perceber tudo isto - de não tentar promover o apoio às famílias, às instituições, às empresas, como tem sido anunciado, mas que, na prática faz o contrário, designadamente não baixando a taxa do IMI para valores razoáveis a derrama para apoiar empresas e ao tentar criar mais uma taxa que, na prática, vai ser suportada, tanto o quanto eu percebi pelos munícipes quando ela vier a ter um valor. De momento não vai ter valor, estamos todos tranquilos, vamos todos seguros para casa, não vamos pagar mais pela passagem, mas quem sabe, para o ano, cá estaremos para discutir o assunto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:28:57")

«Estando a intervenção do Sérgio Louro reservada para uma segunda ronda, passo a palavra ao sr. Presidente da Câmara. Faça o favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:29:03")

«Se mo permite, ia projetar uma informação ou outra que gostaria de passar à Assembleia sobre estas questões que os partidos têm apresentado.

Eu daria nota, desde 2009, sobre a questão daquilo que têm sido os impostos municipais que estamos a falar.

Podemos ver no gráfico o comportamento do IMT e da Derrama, a projeção que temos da previsão para 2023 e aquilo que têm sido os acréscimos no valor destas taxas, nos últimos anos. E faz com que também olhemos para aquilo que são dois impostos importantes que são o IMI e a Derrama. Já em 2019 prevíamos uma receita de 2,830 milhões de euros e recebemos 7,700 milhões de euros. Em 2020, prevíamos 7,745 milhões de euros e tivemos 2,899 milhões. Em 2021 prevemos 7,5 milhões de euros e tivemos 7 milhões. Em outubro, deste ano, ainda nos falta receber o respetivo IMI relacionado com os pagamentos de novembro, irá cair para os cerca de 4 milhões, possivelmente mais para perto dos 6,5 milhões ou 7 milhões de euros, mas tínhamos previsto 7,250 milhões. Já tínhamos previsto, aqui, uma quebra. E prevemos, para futuro estes valores. No entanto, esta questão do IMI e da Derrama é apresentada de uma forma muito clara e temos, depois, a análise deste impostos, novamente. Eu acho é que também as nossas Juntas terão uma penalização com este decréscimo do valor do IMI. É uma referência que também deve ser feita, sobre esta matéria. Sobre as coisas que foram aqui faladas nas intervenções, não tenho qualquer referência. Acho que os partidos têm que reconhecer o trabalho que sempre fizeram nesta Assembleia e as referências que fizeram nesta Assembleia sobre os pacotes fiscais que foram apresentados pelos anteriores executivos.

Nós achamos que este pacote fiscal vem responder áquilo que são as exigências da nossa comunidade, o que são as necessidades da nossa comunidade, e, portanto, não vemos, para já, outra forma.

Sobre o regulamento da Taxa Turística, é verdade, nós temos, em análise esse estudo que poderá dar aqui alguma receita. No entanto, ainda estamos a estudar esse valor, que pode ser muito ou pouco significativo, mas é um valor de entrada financeira que poderá andar entre os 40 e os 70 mil euros. Há vários cenários que nós colocámos sobre esta matéria e estamos a estudá-los. Evidentemente que termos sempre uma relação nesta taxa com aqueles que nos visitam e procuram a nossa hotelaria, e, depois, a nossa hotelaria também tem que responder positivamente a esta matéria, porque se não o fizerem não haverá receita que entre. Ou cobram ou não cobram, para depois transmitirem a cobrança.

Relativamente à Taxa de Direito de Passagem das comunicações, ainda bem que foi um tema que toda a gente pegou nele e falou sobre ele. Já tínhamos percebido na reunião de Câmara a interpretação dos partidos que estão aqui representados, percebermos a interpretação que tiveram sobre esta matéria. Já hoje foi referido, eu fui autarca de Freguesia e nunca me tinha recordado deste tema ser aqui discutido ou falado aqui por qualquer partido, independentemente desta taxa ser relevante ou não relevante, nunca ouvi isso, até pelas pessoas que têm mais maturidade nestas questões. Portanto, nunca ouvi falar sobre nada disto. Achei que deveria trazer isto, vou continuar a trazer isto. Acho que devemos ser claros com as empresas e com os nossos cidadãos. Não vamos fazer questão de cobrar essa taxa, neste momento. Se tivermos que a manter para o ano que vem mantemos para o ano que vem.

Relativamente áquilo que os dois partidos interpretam sobre esta questão do IMI e da Derrama, Na Derrama, o que eu tenho a dizer é que fizemos uma análise sobre aquilo que tinham sido as interpretações dessas empresas novas e que se poderiam colocar no nosso Município, nenhuma requereu esse benefício. Não há nenhum registo de alguma empresa ter requerido esse benefício. Retirá-lo, acredito que não seja o princípio que a senhora [Margarida Alves - PSD] diz, é mau, é bom. Estamos cá para responder a essas empresas de outra forma com outras questões. O valor não há de ser muito significativo.

Relativamente ao IMI e ao valor do IMT, acho que ainda é muito cedo para tomarmos medidas sobre esses valores, porque se nós virmos, novamente, esses valores crescem nos últimos dois anos. Nós podemos ver, no gráfico, que temos aqui 5 milhões de euros, em termos. Realmente há um aumento de 2 milhões, em duas únicas taxas, que eu não sei se se vão manter no futuro, se as empresas vão ter condições para que este valor de derrama, pago em função dos seus resultados, possa existir, ou não, até pela revisão daquilo que foram os cálculos para a taxa da derrama, nos últimos anos.

Eu deixaria isto em aberto. Se virem aqui nós temos o estudo da média dos últimos três e dois anos. Se fizermos os 24 meses antes, admitimos que podemos ter aqui, segundo as

regras orçamentais, um cálculo de 750 mil euros acima do valor que está previsto. Nos outros andamos sempre abaixo, exceto na questão da Derrama e do IMT. Fizemos este trabalho, achamos que está coerente com aquilo que são as regras orçamentais e, portanto, não tenho muito mais a dizer. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:36:28")

«Abro, agora, as inscrições para a segunda volta de intervenções. Quem se pretende inscrever?»

Sérgio Louro, CHEGA: (01:37:18")

«Venho só acrescentar mais umas notas ao pacote fiscal, começando pelo fim da isenção da derrama, que é uma decisão contraditória em relação ao que eu já tive a oportunidade de comentar na Assembleia passada. O Executivo, no raltório da atividade municipal, diz que quer criar condições para trazer e manter empresas de valor acrescentado, mas por outro lado vem acabar com esta isenção. No mínimo, temos aqui uma decisão um pouco contraditória. Não vou tomar muito tempo. Vou passar para a questão da Taxa de Passagem. Tanto quanto eu pude apurar, as empresas de telecomunicações estão proibidas de cobrar isto aos clientes finais. Por outro lado, para os que estão mais atentos conseguem perceber que a atividade destas empresas de telecomunicações no espaço público, volta e não volta, fazem prejuízos que alguém vai suportar e corrigir. Ou seja, com o dinheiro dos contribuintes e, em concreto, com o dinheiro desta Câmara. O CHEGA é a favor que esta taxa aplicada a essas empresas que têm lucros fabulosos e não vemos o porquê do Executivo deixar passar esta oportunidade de poder arrecadar mais alguns impostos. Até porque, como todos nós sabemos os custos de operação estão a aumentar devido à inflação e devido ao aumento da energia. Por pouco que seja, seria sempre bem-vinda mais alguma receita adicional, uma vez que estas operadoras, que têm margens de lucro brutais, e eu falo por conhecimento próprio, já cobram de forma escondida, esta taxa, aos utilizadores. Obrigado.»

Pedro Martins, PS: (01:39:35")

«Eu não quero desviar o foco daquilo que é importante que é a carga fiscal que se mantém e que nós entendemos que deveria ser reduzida em prole dos nossos municípios. É isso o importante. De qualquer forma só esclarecer aquilo que referi quanto à proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

A lei que prevê a aplicação desta taxa é a lei das comunicações eletrónicas. E essa lei tinha uma redação que lhe tinha sido dada pela Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, que foi revogada pela Lei 16/2022, de 16 de agosto. Portanto, é verdade que quando a Câmara deliberou, discutiu e deliberou sobre esta matéria, estava em vigor a lei das comunicações eletrónicas com a redação que lhe foi dada pela Lei 5/2004, de 10 de fevereiro. Nest momento, quando a Assembleia vai deliberar esta proposta, a Lei 5 de 2004 está revogada. Mas atenção. Passou a ter uma nova redação, em geral, é uma lei extensa, e passou a ter uma nova redação que lhe foi dada pela Lei 16/2022, de 16 de agosto. Daquilo que eu pude apurar o artigo 106, a norma, agora, do artigo 106, está no artigo 169 da atual lei, cuja redação creio que é a mesma. Eu só sublinhei este aspeto para dizer que como já era do conhecimento da Câmara a existência da Lei 16/2022, de 16 de agosto, a redação da proposta podia ter informado a Assembleia disso. Eu também não estou muito preocupado com esta proposta porque isto é zero. Quando as coisas são zero ninguém vai ligar nada a isto. Mas seria de bom tom, seria mais cuidadoso da parte da Câmara, trazer a redação contemplando esta alteração, que já era do conhecimento da Câmara quando a deliberou.

Para terminar, quanto à Taxa Turística. Eu, com franqueza, daquilo que sei não creio que o nosso Município, que é um município fadado para o turismo com enormes potencialidades turísticas, não creio que essa taxa, por aquilo que é do meu conhecimento - é uma taxa que incide sobre as dormidas nos hotéis e nos alojamentos turísticos - não creio que daí resulte grande receita. Se calhar pouco mais do que aquela que resultaria da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Talvez mais, não vou dizer que não. E toda a receita é importante. Agora, isso também depende da atitude que nós temos. Isto faz-me lembrar outra vez as piscinas, desculpem-me lá a fixação das piscinas, mas isto é assim. É ver os residentes de uma maneira e os não residentes de outra. Isto tem feito caminho num certo partido Agora, cada um é que sabe. Eu, pelo menos, entendo que uma vez que a receita não é significativa, não sei se valerá a pena. Mas estude-se porque é importante decisões informadas, decisões ponderadas e com todos os elementos e com toda a informação disponível. Não sei se a

receita que daí advirá será relevante, mas quando vamos a Lisboa também pagamos a taxa turística e noutros municípios do país também pagamos. Temos que suportar e nunca é agradável. É uma questão que não será pela receita, será pela atitude que o município terá no desenvolvimento do seu turismo. E um outro aspeto, é que a Taxa Turística, se depois for para reinvestir no turismo e dar mais condições aos hotéis, às residências ao alojamento local, etc., aí tudo bem. Agora, se for mais uma taxa cobrada para não fazer nada, não valerá a pena.»

Luís Leitão, PS: (01:43:54")

«Muito rapidamente, dizer ao Rufino que lhe reconheço o esforço de defender a posição da maioria. Eu, se estivesse nesse lugar, provavelmente não faria melhor. Mas na verdade, não nos saímos nada bem, meu caro. De qualquer das formas compreendo o esforço. A Margarida tentou fazer o mesmo, mas em sentido contrário, porque não há nada como mudar de cadeira. Isto, na verdade, faz parte da condição humana. Um dia, cá estamos nós a jogar num lado e no outro. Não há nada como ver as coisas em perspetivas diferentes. No caso do Partido Socialista, como temos estado na oposição, temos mantido a coerência nos últimos 20 anos, porque não temos tido o privilégio de ver as nossas propostas escrutinadas pela maioria dos cidadãos de Ílhavo. Esperamos que, brevemente, haja essa alteração para podermos perceber se somos, ou não, coerentes em relação àquilo que dizemos fazer e aquilo que vamos fazer.

É também importante terminar esta questão do pacote fiscal deixando uma nota sobre aquilo que parece ser muito importante que é a Taxa dos Direitos de Passagem. Temos absorvido muito a discussão, não é, necessariamente, o mais importante. Por mero sentido político e de oportunismo se deixasse passar ao lado ficaria mais bem visto, mas a bem da transparência eu entendo, após fazer uma leitura, com aquela questão das datas e dos textos, fica assim um bocado no ar, a razão de ser, ou não, refletida a taxa na conta. Na verdade, um pacote de serviços de televisão e de dados que é de 44 euros no país inteiro - eu tenho duas taxas num dos municípios onde parece que a taxa foi aprovada e continua a custar 44 euros. Portanto, há aqui qualquer coisa que não faz sentido. Mas estive a ler agora a lei e a ANACOM deixa claro que deve ser refletida na fatura do consumidor. Se calhar, no futuro uma melhor fundamentação por parte da Câmara na apresentação destes detalhes, ajudar-nos-á a entender melhor, porque nós andamos aqui um bocadinho a surfar aqui na maionese com alguma indecisão. Confesso que todos nós deveríamos aprofundar esta questão. Nesse sentido, a ter que ficar refletida na conta da fatura a fundamentação de toda a nossa argumentação cai por terra, dizendo que sou contra a aplicação da taxa zero. Provavelmente, vamo-nos reorganizar com os nossos camaradas da bancada do Partido Socialista, vamos conferenciar para perceber se vamos, ou não, reajustar a nossa intenção inicial.

E sendo assim, em relação ao pacote fiscal, sobre o IMI, a Derrama e o IRS o nosso voto é abstermo-nos. Abstermo-nos por uma questão de responsabilidade política. Em condições normais, se o nosso voto não fosse importante para a aprovação deste pacote nós votaríamos contra. Por uma questão de responsabilidade política, vamo-nos abster para viabilizar esta questão.

Em relação ao ponto 4, à taxa, vamos decidir se nos abstermos ou se votamos contra.»

José Pinto Reis, UPF: (01:48:15")

«A proposta do pacote fiscal que nos é apresentada vai ao encontro de uma gestão prudente e equilibrada, e que julgamos que o Município deve ter. Se, por um lado, devemos ter a sensibilidade para com as necessidades das famílias e das empresas por outro lado não podemos pôr em causa o funcionamento da Câmara Municipal.

Pelos quadros apresentados, e não nos reduzimos a esta questão dos impostos aqui debatidos, verificamos que existem verbas com forte descida ou com tendência de descida nas receitas do Município. Como já falei na última Assembleia Municipal, as receitas provenientes dos impostos e transferidas pela Administração Central, como referimos anteriormente, têm verificado uma redução que rondará, no próximo exercício, cerca de meio milhão de euros, para além dos 380 mil euros que abdicámos com a redução da taxa de IRS de 5% para 4%, que foi determinada no ano de 2020 que voltámos a deliberar no ano anterior. A oposição alega que a Câmara tem um saldo de gerência muito elevado. Como sabem, um saldo de gerência não representa disponibilidade para utilizar estes montantes naquilo que mais nos aprouver. Todos nós sabemos que quando recebemos o salário, apesar da conta bancária apresentar um valor interessante, não o podemos gastar como gostaríamos porque existem uma série de compromissos que temos que honrar, uns serão mensais, outro serão trimestrais ou mesmo anuais. E se não tivermos isso em atenção, quando chegar a

hora de pagar o seguro do carro ou quando chegar a hora de pagar o IMI não haverá dinheiro, não haverá disponibilidade para isso. No município é igual. É também normal que com o aumento da atividade decorrente da delegação de competências estes montantes sejam mais elevados. Mais atividade, mais compromissos, maior saldo de gerência. Por essa razão, não confundamos as pessoas com estes grandes números que, na realidade, pouco ou nada representam.

Temos presente, com toda a consciência, que nos comprometemos eleitoralmente a reduzir, ao longo do mandato, a carga fiscal na qual temos poder de decisão. E é nesta linha que esta proposta apresentada se insere.

No IMI, a proposta de redução da taxa atual de 0,33 para 0,32 sobre o valor dos prédios urbanos, para o ano de 2023, tem como objetivo continuar esta descida até chegarmos aos 0,30, no exercício de 2025.

Este é um esforço que a autarquia faz que que, infelizmente, não tem um impacto na economia das famílias, como muitas vezes se quer fazer passar. A título de exemplo, meramente ilustrativo, a diminuição de uma centésima percentual na taxa, para um IMI de um imóvel com um valor tributário de 80 mil euros, e muitos estarão abaixo deste montante, essa diminuição representa, para as famílias, uma diminuição de 8 euros por ano. Contudo, representará uma perda de receita para o município que estimamos, aproximadamente, em 120 mil euros.

As propostas dos partidos da oposição para procedermos, de imediato, à redução de 0,30 levaria a uma perda de receita na ordem dos 360 mil euros, acumulada, para um benefício individual, por família, perdão, de mais 2 euros mensais. Esta redução da taxa apenas beneficiam os proprietários, uma vez que quem vive em casa arrendada não tem tal benefício. Portanto, julgamos prudente que esta diminuição seja gradual e que ocorra quando se puderem garantir as receitas que compensem esta redução.

Não é certo que, num cenário de recessão que nos preparamos para viver, com o aumento das prestações dos empréstimos a habitação, que estas receitas provenientes, tanto do IMI, como do IMT, para o ano de 2022, tenham o mesmo comportamento positivo em 2023. Antes pelo contrário. É previsível, ou melhor, é possível que os aumentos da taxa do juro levem à diminuição do preço de mercado das novas habitações, das novas construções e que as escrituras venham a baixar o seu valor. Consequentemente, isto levará à diminuição do valor tributável não só das novas construções, mas também das antigas.

No que diz respeito ao IRS, com a proposta em discussão, a autarquia abdica de arrecadar cerca de 380 mil euros. São 380 mil euros por ano que não entram nos cofres da autarquia por decisão do Executivo e por decisão desta Assembleia, tal como tem vindo a ocorrer nos últimos dois anos. Também é bom que fique claro que esta redução, em sede de IRS, também não é universal porque, infelizmente, muitos dos nosso municípios não têm rendimentos suficientes para pagar IRS.

Quanto à derrama, que incide apenas sobre os lucros das empresas, e é apenas sobre os lucros das empresas, a incerteza da previsão do impacto de qualquer redução dessa taxa é muito elevada, no cenário em que vivemos atualmente. Em virtude dos aumentos extraordinários dos fatores de produção, como a energia e as matérias-primas, não é credível, não é expectável que o nível dos lucros das empresas, neste ano, se mantenha ao nível do que foi no passado.

Por último, pensamos que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem deve ser analisada e, em próximos exercícios, deve ser considerada a sua aplicação, sempre que tenhamos a certeza jurídica que este valor não será repercutido no consumidor. Existe diversa documentação que defende que esta taxa não pode ser repercutida, sendo, contudo, uma questão controversa.

Em resumo, a oposição tem vindo a propor, sem considerarmos a derrama, perdas nas receitas do município na ordem dos 600 mil euros, 380 mil euros no IRS mais 240 mil euros na redução do IMI, sem que estejam acauteladas e sem que estejam previstas compensações ou novas fontes de receita.

Apenas num cenário otimista, de que tudo correrá bem no próximo ano, em que o desemprego não aumenta, em que os salários superiores ao salário mínimo sobem próximo dos valores da inflação, em que o dinamismo do mercado imobiliário se mantém, em que existe um crescimento económico positivo - um real crescimento económico - apenas nessas condições se poderiam aceitar os cenários que aqui se apresentam. Humildemente, consideramos que esse cenário tem uma muito baixa probabilidade de ocorrer. Oxalá que estejamos enganados. Permitam-me, ainda, que me pronuncie sobre o lamentável incidente. Esse lamentável incidente ocorrido com o envio incorreto do documento explicativo do pacote fiscal. Ninguém lamenta mais este incidente do que nós. Tratou-se de um lapso que não deveria e não poderia

ter ocorrido e que fazemos votos para que não se repita, que não se volte a repetir. Vocês sabem perfeitamente, e o PS sabe perfeitamente, que se tratou de um lapso. E a prova evidente dessa situação é não terem existido correções aos mapas apresentados. Se mais não valesse, este facto seria o suficiente para poderem comprovar a existência deste lapso lamentável.

Só é pena, só é mais penalizador que isto tenha ocorrido porque veio desfocar a discussão que gostaríamos de ter tido aqui, mais focada no ponto em debate e não estarmos com jogos de palavras e acusações que muitos sabem, e têm conhecimento, que não têm qualquer adesão à realidade.

Finalizo, considerando que o bom senso e a prudência aconselham a que sejamos ponderados e que aprovemos o pacote fiscal, tal como nos foi apresentado pelo executivo. Este é o nosso sentido de voto. Tenho dito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:36:28")

«Bom, terminadas todas as intervenções, para finalizar, dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional que entenda prestar.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:58:30")

«Não terei muito mais a acrescentar. Gostaria só de fazer aqui uma referência, uma vez que já vi, aqui, tantas referências a esta questão do engano que foi corrigido.

O Executivo Municipal, nomeadamente o seu Presidente e os Vereadores em função, tiveram o cuidado de reunir, naquilo que concerne à reunião do direito de oposição. Não fugi em nada à minha palavra do que tinha sido o pacote fiscal que iria ser apresentado. Deve ter dado uma nota de relevo, era engraçado brincar com isto ou é engraçado brincar com estas questões, mas aquilo que eu faço todos os dias é agir com responsabilidade perante a nossa comunidade. Corrige, nunca fiz nenhum orçamento fora daquilo que são as perspetivas que, hoje, trago aqui a esta Assembleia para votar, e aquilo que foi à reunião de câmara para votar. Pensei que estaríamos muito mais focados neste trabalho, nesta complexidade dos números e dos resultados que advêm da cobrança dos impostos, que isso é que é importante nós referirmos. Podem ser dois euros por pessoa, podem ser oito euros por ano, podem ser 10 mil euros para as nossas Juntas de Freguesia ou 15 mil. Este imposto recai sobre as Juntas de Freguesia também. Porque elas têm 1% e a Câmara fica com 99%.

Relativamente aos outros impostos, são variáveis tão grandes que eu não percebo como é que podemos estar aqui a falar e a premeditar o futuro, quando as bases que temos do passado, com uma crise pandémica - que já hoje foi aqui referido, mas que eu ainda não percebi muito bem se a nossa experiência vai muito além das nossas palavras - fico sem perceber se as empresas em 2020 e 2021 tiveram um grave problema, porque na derrama não se viu isso. Os resultados da derrama de 2021 foram elevadíssimos, como pudemos ver. Eu tenho alguma dificuldade em perceber, e apresentei há bocado os mapas, fizemos vários estudos sobre esta matéria, para perceber se podíamos, ou não, admitir que o nosso orçamento fosse de 31,1 milhões de euros, ou voltava a ser, como eu disse o ano passado, e volto a dizer, que julgo que a Câmara Municipal de Ílhavo não tem receitas para chegar aos 26 milhões de euros. Mas fiquemos por aqui sobre essas conversas. Vejo que há muita gente interessada em discutir as questões financeiras. Não sei se estamos muito preocupados naquilo que é a receita face à despesa que o município precisa de fazer para responder àquilo que é um programa eleitoral em que eu reconheço que nesse programa eleitoral nunca houve uma qualquer referência àquilo que eu tenho ouvido aqui.

Em relação aos impostos, nós dissemos "consideramos que as autarquias locais devem pautar a sua atividade pelo equilíbrio das despesas públicas e que os seus investimentos, tal como os seus custos operacionais, não devem sacrificar os orçamentos das famílias e das empresas. Desta forma, entendemos que os impostos dependentes da intervenção da Câmara Municipal se deverão situar nos valores mínimos legais no prazo do mandato. Contudo, excepcionalmente, podem ser aprovados valores diferentes desde que tenham um propósito específico de fazer face a situações extraordinárias e graves, ou que tenham como objetivo a implementação de projetos estruturantes de médio e longo prazo". Nesta altura, o Movimento que me elegeu a presidente da câmara não sabia se ia ser poder ou se ia ser oposição. Eu ainda não percebo porque é que se fala aqui tanto sobre o Movimento 'Unir Para Fazer'. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:02':43")

«Concluído o período de discussão, vamos então proceder à votação das quatro propostas para o Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para o ano de 2023.

Ponto 5.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2023. (02:02':54")

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2023 foi **aprovado**, por **Maioria**, com 9 votos a Favor (8 UPF e 1 CHEGA) e 15 abstenções (9 PSD e 6 PS).

Ponto 5.2. Valor da Derrama para 2023. (02:04':04")

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

O valor da Derrama para 2023 foi **aprovado**, por **Maioria**, com 8 votos a Favor (8 UPF), 1 voto contra (1 CHEGA) e 15 abstenções (9 PSD e 6 PS).

Ponto 5.3. Valor da Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023. (02:04':49")

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

O valor da Derrama para 2023 foi **aprovado**, por **Maioria**, com 9 votos a Favor (8 UPF e 1 CHEGA) e 15 abstenções (9 PSD e 6 PS).

Ponto 5.4. Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - serviços de comunicações para 2023. (02:06':30")

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

O valor da Derrama para 2023 foi **aprovado**, por **Maioria**, com 8 votos a Favor (8 UPF), 7 votos contra (6 PS e 1 CHEGA) e 9 abstenções (9 PSD).

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:07':39")

«Eu proponho que passemos já ao Ponto 6, mas coloco à consideração. Ok. Fazemos um intervalo de 10 minutos.»

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos para um curto intervalo. Eram 23 horas e 7 minutos. (02:07':55')

Retomados os trabalhos às 23 horas e 16 minutos. (02:16':00')

Ponto 6. "Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:16':00")

«Vamos retomar os trabalhos. Passamos ao Ponto 6, Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023. Passo a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:16':13")

«Estamos perante um orçamento que tem uma dotação financeira de 31,150 milhões de euros. Representa um acréscimo de 4,2 milhões face ao ano anterior. Tem nas suas Grandes Opções do Plano, nomeadamente naquilo que é o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o plano das atividades 11.524.750 milhões de euros, cabendo às despesas de funcionamento 19.625.750 milhões de euros que têm um aumento de 16% face ao ano de 2022. Isto representa 63% da globalidade do orçamento. Pedia novamente a permissão para uma apresentação gráfica do documento.

Podemos ver neste primeiro mapa uma questão que é a relação de equilíbrio entre a receita total e a despesa total, mas o importante é a receita corrente fazer a totalidade da cobertura. Temos, portanto, aqui o princípio do equilíbrio e que está satisfeito neste documento que nós apresentamos para a Assembleia se pronunciar.

Temos a receita fiscal que tem um valor de 13 milhões de euros e aquilo que são as transferências financeiras e subsídios correntes de 9,550 milhões de euros.

Não temos aqui refletido, e isto pressupõe uma questão que está no orçamento e que são os valores não definidos, aquilo que são as pretensões que este Executivo tem de candidaturas comunitárias. Porquê? Porque nós achamos - há câmaras que optam e outras que não optam por esta posição - que, face àquilo que é a receita previsional total, termos um orçamento que seja exequível. Depois, face àquilo que seja o nosso saldo de gerência, fazer a inclusão, nesse saldo de gerência, de algumas situações que vão aparecer como não definidas.

Relativamente a esta situação, ficamos fechados. Temos aqui a relação dos impostos e temos aqui uma referência ou outra que nós não pudemos deixar de ver que, em 2021, o Executivo Municipal devolveu algumas taxas que até então tinham o valor entre os 32 e os 31 mil euros, recebeu-as e depois devolveu porque as isentou posteriormente. Este ano já temos algum valor referido nesta rubrica. Também a publicidade, na altura, tinha sido isentada. Neste momento, eu não faço ideia se aqui há um maior rigor da parte dos serviços municipais na cobrança, ou não, ou se há outros fatores. Mas o que é certo é que nós achámos por bem, e para a transparência que queremos ter com os nossos autarcas e com os nossos cidadãos, demonstrar estes valores. Nas feiras e mercados também temos aqui uma receita. É natural que em 2020 tenha caído porque o Executivo Municipal teve uma atitude de fazer a descentralização da Feira dos 13 para a Junta de Freguesia. Portanto, de 2019 para 2020 há uma quebra de valor e, em 2022, passa a ter, outra vez, esta receita, e em 2023 temos a previsão aqui indicada.

A previsão de obras e taxas de obras, estamos aqui a prever - vamos ver se acontece alguma coisa de especial nesta área - que a receita ande à volta dos 30 mil euros, que é o valor médio dos últimos 2 anos, este ano já vai nos 27 mil. Temos muitos projetos em carteira, esperamos que os investidores imobiliários possam avançar com estas situações e podermos ter alguma receita. O comportamento destes impostos indiretos, como podem ver, em 2020 tiveram este valor e, depois, decrescem aqui significativamente. Portanto, a linha de tendência é decrescente.

Relativamente às subvenções e subsídios atribuídos às associações juvenis temos um menor valor e cifra-se nas associações de pais o maior valor que atribuímos, num total, previsto para 2023, de 1.317.500 milhões de euros, quando este ano já vamos quase em 991.659 mil euros, no ano anterior tínhamos 1.175.475. Aqui, a linha já tem uma inclinação diferente e mostra a tendência crescente deste valor.

Temos também os projetos de investimentos estratégicos, onde pomos o PPI e o plano de atividades. Nas funções gerais temos um valor que nós achamos que nos próximos anos, e aqui referimo-nos sempre aos 5 anos - temos que ter aqui uma previsão, e os senhores são, hoje, confrontados com a votação também desta posição - temos a previsão que nos próximos 2 anos, 2024 e 2025, por aquilo que é a perspetiva do governo da possibilidade de nós termos os fundos comunitários e a preparação de todos os projetos até ao mês 6 deste ano, e podermos, depois, começarmos a ser reembolsados por estes valores, e, portanto, temos aqui uma previsão de que estes valores possam vir a ter algum relevo naquilo que são os nossos investimentos estratégicos. Depois, como não podíamos deixar de o fazer, fazemos referências a algumas obras que nós temos já a pretensão de começarmos a fazer os seus projetos, a elaboração dos projetos, para começarmos a lançar a perspetiva destas candidaturas. Fica aqui aberto um dossier para que tenham algum tempo para estudar isto. Também incluímos, nestas funções gerais os nossos bombeiros. Sentimos as dificuldades que as corporações têm tido, tem sido uma preocupação que não é singular, mas partilhada por todos os municípios da CIRA. Alguns até já têm uma terceira Equipa de Intervenção (EI) financiada. Sentimos que colocar aqui uma previsão de um valor constante também é uma garantia para o orçamento deles. Temos sempre esta perspetiva de termos um investimento no capital humano e nos seguros, naquilo que tem sido feito até aqui, mas também de os ajudar a continuar a apetrechar a sua unidade. Está aqui feito este trabalho.

Relativamente àquilo que são os projetos de âmbito social e que são rotulados assim pelo esquema de organização financeira, neste caso, POCAL SNC-AP [Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública], temos o Parque Urbano da Vista Alegre, o Parque Urbano da Colónia Agrícola, onde temos a perspetiva de começar a fazer estudos para estes desenvolvimentos. Temos aqui um investimento grande naquilo que são os resíduos sólidos, com um valor crescente ao longo dos próximos anos. Nós achamos que este valor, até pela estratégia de recolha dos biorresíduos, vá dar uma influência grande ao nosso orçamento, não conseguindo medir isto. Nós temos, por exemplo, aquilo que foi pela ERSU, que passou de 26 euros para 44,54 euros, este ano, de uma hora para a outra. Não nos cobraram no primeiro trimestre e começou a cobrar depois, e isto deu logo um acréscimo de valor. Mas também outras requalificações importantes como a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, com a perspetiva, ainda este ano, de podermos

lançar o concurso e ser também aprovado o financiamento para esta escola. Portanto, temos um investimento partilhado nos próximos 3 anos. E temos as outras duas escolas, a EB 2,3 da Gafanha da Nazaré e a EB José Ferreira Pinto Basto, em Ílhavo, onde achamos, para além daquilo que é a despesa com o projeto, poderemos ter aqui financiamento.

E os Centros de Saúde. Como sabem, havia a perspetiva de podermos entrar com isto tudo no PRR. Agora já nos dizem que um centro de saúde poderá ficar no PT 2030 e o outro com metade do valor no PRR. Portanto, temos aqui estes valores.

Também temos a previsão das melhorias que queremos fazer nos pavilhões. Queremos fazer no Pavilhão capitão Adriano Nordeste, obra no valor de 80 mil euros, na Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré também temos um investimento reduzido e na Piscina Municipal de Ílhavo temos um investimento de 150 mil euros. No projeto cinematográfico temos uma perspetiva de investimento que já tem um financiamento associado.

Também faria uma referência às funções económicas. Temos duas ligações que poderão ser feitas da rua da Coutada à rua das Lavegadas, que já lá tem os seus indícios. O prolongamento da rua prof. Mário Campolargo, na Gafanha de Aquém com a perspetiva do novo lar do Aquém Renasce. É um compromisso que a câmara assumiu no passado e temos que lançar esta obra. Achamos que esta previsão de 200 mil euros, nos próximos dois anos, será o custo que a obra irá ter. É uma previsão. Estamos hoje a validar a questão de um orçamento previsional. A Ponte da Vista Alegre que nós achamos que nos próximos anos terá um investimento na ordem do meio milhão de euros. Achamos que a ponte tem que levar um tabuleiro novo e poderá também ter um projeto de referência. Se conseguirmos utilizar alguns dos fundos que possam vir para a regeneração urbana iremos candidatá-la, mas achamos que pode ser um ícone do nosso território. E o Posto Náutico da praia da Barquinha, há muito um desejo do nossos CNAI, e também nosso, na exploração das margens da Ria.

Nas Grandes Opções do Plano, temos um valor de 27 milhões de euros, em que temos 11 milhões já definidos e 15 milhões não definidos, que terão, esses 15 milhões, o benefício do saldo de gerência. No fundo, ficará dividido por estes dois valores. O resto, ficam aqui os 8 milhões que ainda possam prevenir este não definido que dependerão de candidaturas a Fundos Comunitários. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:27:51")

«Vamos iniciar as inscrições para as intervenções. Começa pelo PS, depois o Unir Para Fazer, PSD e o CHEGA.»

Diana Gandarinho, PS: (02:29:15")

«A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, no que toca à juventude, à semelhança de outras coisas que vamos ouvir aqui, e que já temos ouvido, mantém o trabalho do anterior Executivo. Assistimos a um plano de ações que foi apresentado no Conselho Municipal da Juventude que não operacionaliza a tão desejada mudança que se fez sentir na última eleição autárquica e que, ao mesmo tempo, ignora as exigências do atual contexto económico. Ainda bem hoje já reconhecemos isso. Não é só o orçamento da câmara que está ameaçado, mas também os orçamentos domésticos das nossas famílias.

Na última reunião, ouvimos da bancada do UPF que a inovação irá surgir quando necessário. E, aparentemente, para 2023, não o é na juventude. Ouvimos que vão fazer o que é útil e pertinente e que serão opções cirúrgicas que importam para as pessoas. Aparentemente, não é assim tão importante para a juventude. O preâmbulo das Grandes Opções do Plano é interessante, já que ele reconhece que existem estrangulamentos, da Covid, da guerra, da crise inflacionista. Mas parece que já esquecemos o impacto da Covid no desenvolvimento, na vida escolar, no estilo de vida, no bem-estar psicológico dos jovens, especialmente os que já se encontravam em situação mais fragilizada. O mesmo relativamente à guerra, crise inflacionista, e por aí fora. Parece que esquecemos que os jovens vivem numa era intensa, com tantas mudanças rápidas, com tantas exigências e com tantos desafios. E se estes desafios aumentaram e mudaram, e eles vão continuar a mudar, eu estranho pensar-se na manutenção das políticas da juventude. Se no ano passado estávamos no ano zero, e era necessária a adaptação e o diagnóstico, parece que este ano vamos estar no 0.1 nestas matérias. Afinámos alguns detalhes, demos novas roupagens ao que o anterior Executivo fazia, mas na realidade o que vemos é o mesmo: imobilismo. O que não pode ser contornado nesta manutenção é que manter as condições proporcionadas ao desenvolvimento dos jovens, quando o contexto se torna mais difícil, é o piorar das condições que estavam criadas anteriormente. Podem dizer que não há dinheiro, que não é prioridade ou que, enfim, estão a

evoluir de uma forma serena, mas, na verdade, é uma questão de opções quando a adaptação e a flexibilidade urgem. Não basta ser sensível aos problemas, é imperativo criar respostas e compreendo que é impossível responder a tudo, mas é certamente possível fazer mais, especialmente para quem mais precisa. Enquanto pensamos nisso mais um ano vai passar. Obrigada.»

Pedro Martins, PS: (02:32:10")

«Eu não vou tecer grandes considerações acerca do orçamento e plano de atividades apresentado pela Câmara, num documento apresentado pelo sr. Presidente da Câmara porque eu noto - como é que eu hei de dizer de uma forma simpática - eu noto um certo vazio no documento que nos é apresentado. A título de exemplo. Eu habituei-me ao longo destes anos, e já são muitos anos na Câmara e na Assembleia Municipal, a ter um documento que elencasse, por áreas de atividade, por setores, aquilo que a câmara se propõe fazer durante o ano seguinte. Estava habituado a isso, e bem, do PSD. Os planos de atividades e os orçamentos do PSD elencavam, expunham, descreviam aquilo a que a câmara se propunha executar, fazer, em cada um dos setores de atividade, em cada uma das áreas setoriais em que a câmara intervém. Cultural, social, desportiva, a nível da educação, bibliotecas, enfim... uma infinidade de atividades que a câmara desenvolve.

Neste documento isso não existe. Eu pergunto - eu sei que quem responde é o sr. Presidente da Câmara - mas eu pergunto ao vereador João Diogo Semedo o que é que ele, nos seus pelouros, se propõe a executar. Eu pergunto à vereadora Mariana Ramos o que é que ela, nos seus pelouros, nas suas áreas de atividade, se propõe a executar. Houve contributos dos vereadores em funções, com pelouros, houve aportes para o Plano? Eu acredito que sim. Mas porque é que isso não resulta plasmado no documento? Provavelmente o sr. Presidente da Câmara irá dar-vos a palavra para dizerem aqui, de viva voz, o que é que se propõem fazer. Eu, confesso, acho pouco. Acho que isso devia resultar no documento de forma a que, durante o ano, pudéssemos, de uma forma mais apropriada, exercer a nossa função de oposição, de fiscalização, de crítica positiva, sobre a atividade da câmara. Portanto, isso acho que é uma falha que este documento traz. Continuamos a assistir, de uma forma persistente e lamentavelmente, nada de novo deste Executivo, nada de novo. Concretamente, também ao nível de obras, não notamos... eu ouvi atentamente as explicações que o sr. Presidente da Câmara ainda há pouco. Mas nós não vemos nada de relevante em termos de obras. Não vemos. Ou então digam quais são os planos, nesse aspeto. Foi aqui referida a questão dos Fundos Comunitários, da possibilidade de candidatar projetos ao Portugal 2020, ainda, se não estou em erro, ou ao PT2030 ou ao PRR, etc., o que for, os programas que estejam ao dispor das autarquias, mas nada aqui é referido ou adiantado. E esta questão não pode deixar de ser aqui sublinhada.

Em resumo, é isto. Penso que na questão do debate dos impostos, já muitas matérias foram afloradas que também colam com a questão do orçamento e do plano de atividades. Nós sabemos que uma câmara municipal, como é a câmara de Ílhavo, tem despesas correntes altas. É um facto. Pesam bastante no orçamento. Isso resulta do facto de esta câmara municipal, este município oferecer uma série de serviços, uma série de atividades aos munícipes. E muito bem. Este município foi evoluindo na sua trajetória, foi crescendo. Isso não se nega. Nunca o negámos, com críticas da parte da oposição, como sempre houve. Mas este município tem muito a oferecer, oferece muito aos munícipes, e não só, também aos que vêm de fora. Portanto, as despesas correntes, as despesas de funcionamento são altas, mas isso compreende-se. Nota-se um certo cuidado, que é dito em traços muito gerais, na gestão dessas despesas, haver um rigor, um controlo das despesas, creio eu no sentido de eliminar redundâncias, não sei se irá descobrir muita redundância na atividade da câmara. Mas há um trabalho a ser feito nessa matéria.

Mas eu creio, mais a mais em épocas de crise, como é aquela que vivemos atualmente - não vale a pena estar a falar na guerra da Ucrânia, da crise energética, da inflação que daí resulta, etc. - mas em épocas de crise, eu preferia que a câmara, sendo certo que há necessidade de controlo de custos, as câmaras, as entidades públicas, o Estado, em geral, devem colocar algum foco na despesa, na boa despesa, até prescindindo de algumas receitas, indo em apoio daqueles que necessitam. Portanto, muitas vezes, as entidades públicas têm de fazer um contra-vapor aquela que é a crise, aquilo que é a crise sentida pelas famílias, pelas empresas, etc. E nesse aspeto nós não vemos questões como o apoio ao comércio local, não vemos, e tarda em que haja alguma medida de apoio ao comércio local, que é agora que ele precisa, é agora com a inflação alta, é agora com as dificuldades económicas que estão a ser sentidas... e não se vê nada a esse nível. Ou se existe que seja explicitado. Falta essa questão.

Portanto, controlo dos custos, muito bem. Mas uma preocupação que a câmara deve ter é de ir em socorro daqueles que precisam. E aí não se vê. Não nos podemos focar na gestão do Executivo, da câmara municipal, dos seus departamentos, divisões, etc., mas não nos podemos focar só nisso. Nota-se que esta câmara tem uma certa preocupação só aí, mas não se nota na questão do apoio que o município exige, reclama.

Por exemplo, ainda a propósito dos apoios às associações, ainda recentemente estive numa associação desportiva deste município em que as despesas, a título de exemplo, de eletricidade aumentaram de uma forma colossal, de milhares de euros. Isto vem um pouco naquela ideia que já defendemos na anterior sessão de que é necessário reforçar os apoios a essas associações. É necessário reforçar os apoios, seja lá por onde for. Há um incremento da atividade que se tem vindo a constatar nalgumas dessas associações e que merecem apoio.

Eu creio que a câmara está atenta a essa realidade, mas mais do que estar atenta tem que intervir, de uma forma positiva, e visível, que as mais diversas associações, entidades, etc., que gravitam em torno do município, porque dependem também dos apoios do município, há que estar atento a essa realidade e apoiar quem precisa.

Eu gostava de ver isso mais concretizado no documento.

Vão-me dizer que isso vai ser feito. Já ouvi essa resposta o ano passado, noutras ocasiões, mas não chega dizer que isso vai ser feito. Nós, Assembleia Municipal, queremos saber o que é que efetivamente vai ser feito. Muito obrigado.»

Rui Rufino, UPF: (02:40:30")

«Nesta minha intervenção sobre o orçamento, eu vou centrar-me, sobretudo, nas Grande Opções do Plano. Vou procurar mostrar que o compromisso do Movimento 'Unir Para Fazer' se revê neste documento. Portanto, antes que venham falar em spas, aviso já que vou mostrar como o 'Unir Para Fazer' se revê no documento. Estamos a falar de nós, Unir Para Fazer.

Este orçamento para 2023, comparativamente com 2022, apresenta uma série de novidades, opções cirúrgicas, sim, que evidenciam uma prestação de melhores serviços, nos próximos anos, para as pessoas, tonando-se cada vez mais visíveis as prioridades políticas do Movimento 'Unir Para Fazer'. Desde logo a educação e a saúde. Uma das prioridades para este ano será iniciar o processo de requalificação de três escolas: secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, EB 2,3 José Ferreira Pinto Basto e EB 2 da Gafanha da Nazaré, e dos Centros de Saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré. Sabemos como estas obras são urgentes e fundamentais. A degradação destas escolas é, por demais, evidente, e só se pode prestar um serviço educativo de qualidade e evitar a fuga de estudantes para Aveiro, se conseguirmos ter escolas atuais e atrativas. Esta é uma necessidade sentida há muito tempo e que, finalmente, vai ser concretizada. Vamos ter, no futuro, escolas melhores e vamos criar condições para que, no Município de Ílhavo, haja lugar para uma educação e para um ensino de referência. Temos já as condições humanas, vamos agora criar as condições materiais. Além da reabilitação destas escolas, importa também mencionar o projeto de construção de uma nova escola básica do 1.º ciclo, na Gafanha da Encarnação.

Relativamente aos Centros de Saúde. Sabemos que necessitam de se adaptar e modernizar, para responder, de uma forma eficaz e adequada, à população que servem, pelo que a sua reabilitação também deve ser encarada como uma necessidade imperiosa. A saúde e a educação, são os dois principais pilares do desenvolvimento social e da dignidade individual, pelo que trabalhar para a sua consolidação é colocar as pessoas como o centro da atividade política., que sempre foi e continuará a ser o nosso principal compromisso. Vamos pois trabalhar para a concretização destas obras, há muito adiadas, criando condições para que os fundos comunitários tenham peso nas receitas do município.

Além disto, importa destacar a manutenção e a melhoria das condições das piscinas de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, a criação de uma creche na Gafanha do Carmo, o alargar das obras de saneamento a concluir na Gafanha da Encarnação e a iniciar na Gafanha do Carmo e na Gafanha da Boavista. A requalificação do Centro da Gafanha da Nazaré. A construção de várias vias estruturantes. A remodelação da Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré e a cobertura do Museu Marítimo de Ílhavo. A implementação de um novo projeto cinematográfico. A criação da figura do provedor do cidadão, entre muitas outras propostas para enriquecer o município de Ílhavo e aumentar a qualidade de vida dos munícipes.

Estas são algumas das novidades anunciadas por este orçamento, para além de assegurar a manutenção dos espaços e equipamento, de prosseguir com as atividades já realizadas neste último ano na área da cultura e do entretenimento, de garantir a continuidade do dinamismo inovador do Laboratório do Envelhecimento - que acabou de receber mais um distinção, no âmbito do prémio Manuel António da Mota - e de manter o apoio às associações e clubes.

A este propósito, importa salientar que se pretende não só apoiar através de financiamento direto, mas também criar condições para que no futuro estas associações possam vir a conseguir obter as suas próprias receitas e ficarem menos dependentes da câmara. Como se costuma dizer, mais importante que dar o peixe é ensinar a pescar.

Aproveito para pedir ao Executivo se poderia explicitar algumas das suas ideias relativamente a esta questão. Ou seja, como pensa apoiar as associações no sentido de ficarem mais independentes em termos financeiros.

Uma última palavra para a ação social e para o apoio às pessoas mais frágeis, que é também uma prioridade para o nosso Movimento, e que será efetuado, sobretudo, através das IPSS. Será, sem dúvida, um ano difícil, mas também desafiante. Um ano em que é chegada a hora de mostrarmos, de forma clara, a nossa diferença e de nos unirmos e de fazermos ainda mais pelos municípios, os quais constituem o princípio e o fim dos nossos propósitos, a razão de ser do nosso trabalho. Obrigado.»

Ernesto Garrelhas, UPF: (02:45:29")

«O Rui Rufino já elencou aqui vários temas. Só queria reforçar e deixar aqui um pequeno apontamento sobre as GOP.

É com agrado que registamos os investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano a realizar no município, em particular na Gafanha da Nazaré. Para nós pensar o município não é só edificar grandes e monumentais obras, de alguma forma populistas e eleitoralistas, é, também, requalificar as existentes. Não é só investir em infraestruturas de raiz, mas é também recuperar e manter as que existem em bom estado de funcionamento. Pensar na manutenção preventiva dos edifícios, infraestruturas e equipamentos para que, no futuro, se minimize os elevados custos das manutenções curativas. Em concreto, queria registar a requalificação do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, da EB 2, há um projeto para o Fórum da Maior Idade, e a Frente Ria, a chamada Avenida dos Bacalhoeiros e os problemas que advêm das marés vivas que todos conhecem.

Ao mesmo tempo, a previsão, a previsão, alongo prazo da construção da dita creche, ainda a aquisição de material informático para as salas do pré-escolar e do 1.º ciclo. Consideramos que estes investimentos são fundamentais para a Freguesia e irão proporcionar bem-estar e maior qualidade de vida à nossa população, nomeadamente na melhoria das condições de aprendizagem dos nossos jovens, assim como no atendimento dos utentes, na sua maioria idosos. Pensar o município, nomeadamente a Gafanha, através do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, dotá-la de uma nova centralidade, passar das intenções do passado, que existem bastantes, e nós aproveitamos as intenções e as ideias, para o projeto e obra. É, tem disso e será essa a nossa missão. Muito obrigado.»

Cláudia Reigota, UPF: (02:48:33")

«As Grandes Opções do Plano trazidas hoje a esta Assembleia são, como qualquer Orçamento Municipal, um instrumento fundamental de gestão de toda a atividade da autarquia num determinado mandato; dos projetos estruturantes e da visão que se pode ter, em função dos recursos existentes e disponíveis e da aceitação da sua boa gestão.

É, e passará a ser após a sua aprovação, a "pedra angular" que serve de base a toda e qualquer gestão do executivo eleito.

De todos os projetos apresentados optei por explanar sobre dois que entendo serem pertinentes e importantes: o "Projeto dos Trajes" e o projeto da construção da nova ponte da Gafanha da Boavista e Vista Alegre.

Sobre o projeto dos trajes.

Penso que este projeto, segundo sei e entendo (e gostaria que o sr. Presidente da Câmara Municipal o aclarasse) é um projeto de âmbito nacional que congregará em Ílhavo toda a cultura tradicional sobre o trajar de finais do séc. XIX até finais da segunda década do séc. XX; no fundo aquela forma de vestir tão rica e tão nossa como portugueses que somos e que estamos habituados e ver nos nossos Grupos de Folclore.

Penso, também, que este projeto tem (ou terá) a participação direta da Federação do Folclore Português; aliás, terá porventura sido esta Instituição nacional (e que é uma ONG da Unesco e de Utilidade Pública) a escolher e a propor (ou convidar) o concelho de Ílhavo para a corealização deste evento.

O executivo municipal a aceitar esta parceria para a realização deste evento demonstra uma visão de como se pode aliar a cultura, acrescento, a nossa cultura portuguesa ao turismo na sua divulgação e promoção.

A coletividade da qual faço parte (o Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo) tem participado nos últimos anos nesta mostra de excelência do traje tradicional português. É um

evento anual, e os últimos anos tiveram como “apadrinhamento” as cidades de Abrantes, de Gondomar, a cidade de Gaia nas margens do rio Douro e a última em finais de Setembro deste ano em Monção.

Nas últimas edições, segundo sei, têm-se esgotado as participações dos que trajam, com cerca de 1.600 formas diferentes de trajar em Portugal; do Minho ao Algarve, do interior Beirão ao litoral de Caminha a Sagres. Para não falar da participação das largas dezenas que virão da diáspora e das nossas Ilhas. Como exemplo, este ano veio uma comitiva do Brasil, de uma cidade quase fronteira com a Argentina.

A concretizar-se, Ílhavo será o polo aglutinador da cultura tradicional portuguesa, terá a cobertura mediática, segundo sei, de um dos meios televisivos de capitais públicos, além da cobertura mediática dos restantes meios de comunicação social nacionais.

Sei, também, que outras cidades perfilam-se na escolha de receber este evento.

Mas Ílhavo, a ser preferido e a realizar este evento, terá o retorno financeiro indireto tanto na restauração como na hotelaria. Sei que este ano, em Monção, foram mais de 2.500 pessoas que afluíram a este evento. E a presença do senhor diretor executivo da Fundação Inatel, o representante do Sua Ex^a o Sr. Presidente da República e o Senhor Secretário de Estado presentes foram o cunho do reconhecimento deste evento. Porque não ter em 2023 em Ílhavo Sua Ex^a o Sr. Presidente da República neste evento e alguns Senhores Ministros?? É possível...é desejável!

Caros Colegas, este executivo a concretizar esta mostra do Traje Popular Português, demonstra uma visão clara e inequívoca da promoção da cultura portuguesa com enfoque fundamental na promoção da nossa cultura Vareira da qual nos orgulhamos, como Ilhavenses que somos, de pertencer sem descorar a componente financeira.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores deste nosso executivo, façam com que este evento se concretize; os Ilhavenses terão orgulho em ver na sua terra um grande evento de nível nacional.

A ponte.

Foi com grande prazer e satisfação que vi nas GOP a intenção que este executivo tem de construir uma nova ponte sobre o rio Boco para substituir ou minorar o esforço da lá existente. Consta, por quem sabe, que em 1835 foi construído um pontão que serviu as populações daquela zona até finais do século XIX. Depois terá entrado em decadência e esta passagem passou a ser feita de barco. No ano de 1979 é inaugurada uma nova ponte ambicionada há muito por toda a população. Esta foi construída por uma Comissão de Moradores da Gafanha da Boavista com a colaboração de várias entidades como a antiga JAPA, a Capitania do Porto de Aveiro, a Câmara Municipal de Ílhavo e várias empresas, entre as quais a Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre que forneceu as longarinas de ferro onde assenta o tabuleiro da ponte. De realçar fundamentalmente a contribuição da população para a sua construção.

Em jeito de pincelada histórica, lembro aos presentes que a madeira que suportou o travejamento inicial bem como a estacaria vieram do Choupal de Coimbra. A pedra, que foi ofertada pela empresa Luís Ribeiro e Irmãos, terá vindo de uma pedreira entre Coimbra e Ançã.

Como é do conhecimento público, esta ponte, já sofreu várias obras de requalificação. Atualmente, julgo que a construção de uma nova ponte faz todo o sentido; pois esta, apesar de ainda servir os propósitos para que foi construída, encontra-se novamente com alguns sinais de degradação e não satisfaz as necessidades que atualmente lhe são exigidas. Como por exemplo o enorme aumento de fluxo de trânsito que ela suporta diariamente.

A construção de uma nova ponte irá trazer, com certeza, um maior desenvolvimento económico e social a estas duas localidades e consequentemente ao concelho e prestará um melhor serviço ao meio envolvente em que está inserida.

Quero felicitar o atual executivo por esta sua intenção e já agora, e se me é permitido, que esta nova ponte para além de vir a contribuir para um melhor fluxo do trânsito e uma maior segurança seja uma construção que esteja em harmonia com o meio ambiente envolvente; sabendo todos nós do ecossistema tão característico onde será implantada. Obrigada.»

Margarida Alves, PSD: (02:55':55")

«Estamos aqui para falar sobre as Grandes Opções do Plano. As palavras do Pedro Martins, naturalmente, nos enobrecem porque são demonstrativas de que o Partido Social Democrata quando apresentou um documento desta seriedade teve responsabilidade de dizer a todos ao que fomos e ao que vamos. E é para isso que nós aqui estamos. Sr. Presidente, é assim: quem fala no 'Unir Para Fazer' é o 'Unir para Fazer', nós falamos no Executivo. Só uma pequena acheira porque falam tanto no 'Unir Para Fazer'... e agora tive que falar para fazer isto.

Daquilo que me apercebi da sua apresentação, que gostaria de ter tido de uma forma prévia, mas dos breves apontamentos, da dotação que vai dar às associações no orçamento, preocupa-me que só tenha verificado que as associações de pais vão receber 44% de dotação e as associações sociais 11%. Num momento como o que estamos a atravessar, isto é um contrassenso. As associações de pais merecem todo o meu respeito, mas com certeza que as associações sociais merecem receber muito mais do que quatro vezes menos do que as associações de pais, em termo de dotação orçamental

Relativamente à questão que foi falada pelo Rui Rufino, das grandes obras que vão ser feitas, nomeadamente a requalificação das escolas e dos centros de saúde. Projeto Gafanha da Nazaré 10 mil euros. Grande investimento. Vamos ter, dizem, 700 mil euros... dizem, porque no projeto de Ílhavo, que já está ao abrigo do programa de apoio via ARS (Administração Regional de Saúde) que já estava projetada em 700 mil euros, para 2024 são 2,320 milhões de euros. Para a Gafanha da Nazaré, se não me engano, é 1 milhão. Portanto, o Centro de Saúde de Ílhavo, que já teve apoio por via da ARS de um plano de financiamento, vai ter 2,300 milhões de euros. O Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, a Unidade de Saúde Familiar da Gafanha da Nazaré vai ter 1 milhão de euros, mas primeiro um projeto de 10 mil euros. E eu pergunto. Quando os médicos levam os aquecedores, quando as portas não abrem, quando as casas de banho são fechadas... urgente é Ílhavo que já teve obras de requalificação, 2,320 milhões de euros? Ou é 1 milhão para a Gafanha da Nazaré. Isto preocupa-me, de facto. Mas o que me preocupa ainda mais é verificar que hoje, pasme-se, sai uma notícia "o Governo está a desviar os fundos que seriam direcionados para as autarquias para pagamento de obras nas escolas e centros de saúde". Em que ficamos? Em que ficamos?! O PRR que estava canalizado para os municípios, para investimento na área da saúde e da educação, vai ser desviado para o Governo. E eu pergunto, caro Presidente, qual é a sua posição sobre esta notícia? Existem autarcas que estão desapontados. Estamos a falar de 30 milhões de euros para a Região Centro. 30 milhões de euros dá para fazer muita coisa, 1 milhão de euros na Gafanha da Nazaré já dava muito jeito. E, de facto, perguntamos mesmo. Os cidadãos da Gafanha da Nazaré estão cansados, e os da Gafanha da Encarnação estão cansados, e os da Gafanha do Carmo estão cansados das promessas governamentais do Partido Socialista, porque os autarcas do Partido Social Democrata sempre apresentaram estas causa neste órgão, nomeadamente nos executivos autárquicos. E agora, está aqui uma parangona, uma folha de excel - eu também faço isso - mas o documento das GOP, que é o que vai para o Tribunal de Contas é claro: Gafanha da Nazaré 2023, 10 mil euros para o Centro de Saúde. Sejam claros. Não vamos andar a dizer o que não é verdade. Está no documento, está publicado na web. Podem consultar, página 32 do anexo. Vamos ser sérios. Vamos ser sério porque, de facto, isto é atirar com a barriga para a frente utilizando as palavras dos nossos vereadores, porque têm razão. Têm toda a razão pela experiência que têm. Da mesma forma que humildemente reconhecemos que poderíamos ter feito mais. Sim, tínhamos um projeto mais ambicioso, sem dúvida. As nossas Grandes Opções do Plano não seriam tão vagas na concretização. 10 mil euros para o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. Volto a frisar para quem nos está a ouvir: 10 mil euros para o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré

Quanto à obra da requalificação da Avenida da Marginal, o projeto já foi aprovado, o projeto já passou os 120 dias e eu gostaria de saber se o Porto de Aveiro vai financiar para que a Câmara Municipal possa fazer a dotação das obras que são necessárias a fazer. É que nós ainda não sabemos. E isto finalizou em março de 2022 e não há uma dotação para 2023. Não há. Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento esta obra não pressionada pela autarquia. 10 mil euros para o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. Eu não me posso esquecer disto. Houve um Secretário de Estado do Partido Socialista que esteve cá, em 2016, a fazer a promessa, estamos em 2022 e nem uma pedra, nem um saco de cimento. Nós quando falamos nisto temos que ser exigentes. Nós fomos exigentes, fizemos o que pudemos. O que é certo é que o programa de requalificação foi para o Centro de Saúde de Ílhavo e foi pressionado pelo executivo liderado pelo Partido Social Democrata que no próximo Quadro a Gafanha da Nazaré passava a prioritário. Temos 2,300 milhões de euros para o Centro de Saúde de Ílhavo e 1 milhão para a Gafanha da Nazaré. Estou a ver a prioridade. Isto não é de regionalismos. Eu gostaria muito de receber estes 5 milhões que afinal o Governo vai desviar do PRR. As palavras são dos jornalistas. Jornal de Notícias, Observador e Público. Está nas notícias. Ainda não vi um contraponto sobre isto. Não ouvi um ministro falar sobre isto, não ouvi o ministro da Educação, o ministro da Saúde... desculpem, foi mais urgente demitir o Secretário de Estado e organizar o quadro do que era a pasta da Economia que já estava a incomodar alguns. Mas na saúde também houve uma remodelação, também houve. De fininho lá foi acontecendo. O que é certo é que o Governo desvia os fundos aos autarcas.

Existem presidentes da câmara, nomeadamente de Viseu, Pombal, se não me engano, que pediram que a Associação Nacional de Municípios pressionasse o Governo para que seja dada uma resposta clara. Porque é assim, todas as Grandes Opções do Plano... ou então estes 10 mil euros para o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, se calhar, já têm razão de existir. Não sei. É o poder da adivinhação. Gostaria de saber.

Isto preocupa-me bastante porque tem sido uma causa do Partido Social Democrata, e o Executivo era liderado pelo Partido Social Democrata, por membros que estão aqui do Partido Social Democrata, que luta por estas causas. E basta ir às atas para verificarem que isto não é de agora. Não nos lembrámos agora. Nós sempre pressionámos. Da mesma forma que no saneamento da Gafanha da Nazaré, os autarcas do Partido Social democrata pressionavam o executivo do Partido Social Democrata. As atas são públicas. Fui uma das caras dessa situação. Fui uma das, e éramos muitos, porque demorámos anos a concretizar.

Relativamente à receita. O orçamento devia ser de 26 milhões de euros, mas em bom rigor estão aqui 31 milhões. Pois, 2 milhões são para o Centro de Saúde de Ílhavo e 1 milhão é para a Gafanha da Nazaré, se vier.

Isto preocupa-me porque falta alguma criatividade inovação, investimento em infraestruturas que, de facto, sejam desenvolvimento e crescimento do nosso município. Não fazem parte dos objetivos deste Executivo para 2023, nestas GOP. E existe uma tendência para estagnar. E isto é claro. Vamos ter as obras em 2024, 2025. Em 2025 são as eleições autárquicas. Pois, provavelmente vamos ver como é que estará a taxa de execução do PRR e de apoio às autarquias. E se as autarquias, em 2025, não estarão num marasmo porque têm as suas verbas desviadas pelo governo central. E para já fico-me por aqui.»

António Flor Agostinho, PS: (03:07':27")

«Eu vou ser breve e muito curto. Agradecer as palavras do Pedro Martins que soube reconhecer que, para mim, discutir este documento é fácil porque quando tive acesso a ele fiquei um pouco apreensivo porque não era aquela modalidade do antigamente em que nós tínhamos ideias, propostas, criatividade, projetos novos, cofinanciamentos, com verbas. A Margarida acabou agora de falar num projeto de 10 mil euros, quer dizer. Uma obra que está projetada para 1 milhão de euros, o arquiteto do projeto leva sempre 6% a 7%. 10 mil euros não são 6% ou 7% do valor da obra. Enfim. Não quero entrar por aí, nem quero discutir isso. Eu venho aqui só para dizer o seguinte. Alguém, nesta Assembleia, dizia antigamente que este documento havia de ser comparado com as contas do ano anterior. Eu meditava e dava-lhe alguma razão. Nós precisamos de saber as contas, como é que terminámos o ano anterior para depois podermos elaborar um orçamento e podermos comparar verbas. Este orçamento, para mim, vai-me satisfazer numa coisa. Vai acompanhar-me durante um ano, para verificar o que é que vai ser feito. Isto é aquilo que nós temos aqui presente. O que constatamos é que isto é um terminar de obras que já foram iniciadas no mandato anterior, foram continuadas em 2022, vão ser, em princípio, terminadas em 2023. Estamos a falar no saneamento, na Avenida da Gafanha da Nazaré, o saneamento do Carmo, da Gafanha da Encarnação, o Centro Cultural da Encarnação que tem de ser acabado em 2023. E de novidade é como diz o Pedro Martins, não há arrojo, não há iniciativa, não há grandes projetos, não há grandes ideias, ficamos por aquilo que tem que ser terminado, obrigatoriamente, e depois vamos ver o que é que acontece, se podemos fazer mais alguma coisa. Falamos nos centros de saúde. Esta perspetiva que deu a Margarida eu também tenho conhecimento dela. Os autarcas estão revoltados. As verbas vão ser desviadas. Nós sabemos que já não há verbas para recuperação de escolas. Nós andámos, aqui, a discutir a escola secundária de Ílhavo, que necessita, urgentemente, de obras, mas não há de ser já 1 milhão, devem ser 2 ou 3 milhões de euros. Já há bocado falei no que é que está a acontecer com a construção civil. Para mim, estes valores não são muito credíveis. Peço imensa desculpa porque estou a falar no mercado e o mercado é que nos apresenta valores muito superiores aqueles que nos apresentam nas GOP e no orçamento. Este é um documento que, para nós, é vago, tem poucas ideias, é pouco ambicioso. A maioria do investimento é fazer a reconstrução, requalificação de obras. Parece que vamos ter uma ponte nova na Vista Alegre. Eu agora fiquei na dúvida, se é construir uma ponte nova, se é reconstrui a ponte que é uma obrigação desta câmara. Anualmente tem a responsabilidade pela manutenção e conservação, ou de 3 ou 4 anos fazer uma grande intervenção. Sempre foi assim e sempre assim há de ser, num aponte com aquela estrutura de madeira e que tem uma concessão que não é para todos concretizar uma reabilitação daquela ponte.

Este documento vai-me acompanhar e aqui ser criticado porque há obras que não vão ser executadas, há obras que vão estar mal definidas e vamos ver se temos candidaturas. Façamos votos porque o introito deste documento começa com grandes ambições, faz altos

de fé, faz princípios, vamos ter ideias, temos que defender, e ficamos por isto. Portanto, só temos um solução que é, durante o ano, acompanhar as obras que foram feitas, ver aquilo que vai sendo pago, aquilo que vai sendo executado. No fim, eu acho que é mais um ano que vamos perder. Há bocado falaram aqui que 2022 foi o ano zero, eu acho que 2023 vai continuar a ser o ano zero. Infelizmente para o município de Ílhavo.»

Sérgio Louro, CHEGA: (03:12:03")

«Quería, desde já, felicitar o Executivo por ver o plano de investimentos na reabilitação de edifícios escolares, há muito tempo carecidos. No entanto, há alguns edifícios que não estão no plano e também necessitam de reabilitação, como, por exemplo, a escola básica -s e é assim que se deve chamar - da Costa Nova, que eu pude visitar, e que, nomeadamente o ATL tem condições que me deixaram triste ao ver as condições que as nossas crianças têm para utilizar aquele equipamento. Que necessita de bastante manutenção.

Quero agradecer por, finalmente, ter recebido os mapas das Grandes Opções do Plano de forma legível. Após consultar, surgiram-me algumas dúvidas que gostaria de obter esclarecimento. Na página 3, na rubrica 1.1.1.5. "Participação no Capital Social das Sociedades de Eficiência Energética", vejo aqui inscritos 470 mil euros. Não vi nada disto no plano, portanto pedia um esclarecimento ao Executivo. Isto, digo eu, pressupõe que a Câmara vá participar nalguma empresa. Ficamos por aqui, agora. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:14:26")

«Findo o primeiro período de intervenções, passo a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:14:31")

«Eu quase que podia optar por não responder a nada, porque tudo o que se disse aqui foi uma nota para a imprensa, possivelmente, ou para outro assunto qualquer, menos aquilo que era interessante nós discutirmos aqui.

Relativamente aos projetos dos Centros de Saúde, acho piada a quem sabe tudo e a quem diz que sabe tudo, e sabe como é que isto se faz, sabe como é que isto foi, e sabe como é que vai ser e já sabe como é que as coisas vão ser, e que vamos andar aqui certinhos. Fico contente com isto porque é aprender até morrer.

Mas é engraçado que a Câmara Municipal, nos últimos meses, desenvolveu os dois projetos do Centro de Saúde e o estudo prévio está feito, e entregue às entidades com avisos de receção. Está tudo feito. Agora podemos desenvolver o projeto. E sabemos quanto é que custou e sabemos quanto é que não custou. A mão-de-obra e o capital humano que temos aqui. Isso nós sabemos, todos os dias. E orgulho-me muito de toda a gente que veste a camisola da Câmara Municipal de Ílhavo, a qualquer momento do dia ou em qualquer hora. Também fico contente por andarmos há anos a ver, sucessivamente, documentos, nunca referimos a limpeza que deveria ter sido feita nos documentos. Mas calha bem, agora andamos mais focados.

Este documento é um orçamento previsional, volto a referir. E para quem está fora daqui, pode consultar esta documentação, as atas todas dos anos anteriores, e ver o que é que os autarcas referiram, nestes momentos. Estes autarcas, que hoje vieram aqui falar, exceto os do Movimento que não estavam cá, nunca disseram ou referiram "sr. Presidente, olhe o projeto porque a candidatura para o Centro de Saúde já devia ter o projeto pronto". E para as escolas também, porque se não tiver maturidade não se faz nada. E nós, fomos andando, fomos andando e afinal não havia nada na Câmara. Os srs. deputados vinham aqui porque o partido 'A' prometeu o Centro de Saúde, porque o partido 'A' fez ou deixou de fazer, e que este é que estavam no governo. Mas então foi feita alguma coisa? Há aqui algum projeto? Não encontramos nada.

Eu, perdido um bocado no meio disto tudo, sem ter a certeza se tinha razão ou não, quando enviei a documentação, recebi assim um officio: "o valor previsto para o projeto de reabilitação do Centro de Saúde de Ílhavo, a integrar no segundo aviso do PRR, é de 430.500 euros, mais IVA. Este projeto não integrou o primeiro aviso, unicamente, por não ter ainda o estado de maturidade. O projeto de execução está a ser desenvolvido em articulação com o departamento de instalações e equipamentos da ARS do Centro". Pois foi desenvolvido, foi. Foi connosco e com eles. Está muito bem. "No que diz respeito ao projeto ampliação e remodelação da Unidade de Saúde da Gafanha da Nazaré este encontra-se mapeado para o Centro 2030, com uma verba de 2,5 milhões de euros, mais IVA". E eu disse ao sr. Secretário de Estado, Ricardo Mestre, ao sr. Ministro ainda não, e a todos os outros que estão envolvidos

na saúde, que estes 2,5 milhões de euros não chegam para reabilitar o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. Precisamos de mais dinheiro. Então vamos ao nosso documento das GOP e vemos que este Centro de Saúde tem, na sua classificação, realmente, 10 mil euros que é o que nós entendemos que, este ano, vamos precisar para esta candidatura. Mas eu adorava era que estes senhores pensassem nisto com base no PRR e não no Portugal 2030. É que para este são mesmo 3 milhões de euros e para o de Ílhavo são mesmo 2 milhões de euros que são precisos. Está aqui o projeto e está aqui tudo feito. Está feito, meus senhores. A Câmara Municipal neste momento, diz isto com a convicção e com a resposta de uma das entidades que já nos respondeu.

Relativamente às escolas, para quem anda atento, também já adjudicámos aquilo que a escola secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes precisa, relativamente ao projeto. Já adjudicámos o projeto, porque também não havia projeto. Nem havia estudo nenhum. Havia um levantamento das patologias. E bem... pagou-se, fez-se, mas o projeto não existia. Para quem anda atento, vamos avançar para o projeto... já se lançou o projeto.

Verificámos, neste mês, já não sei precisar quando, porque a minha memória já anda esquecida de algumas coisas, e ainda bem. E ainda bem porque quando eu li, no outro dia, as atas que nós tivemos o gosto e eu tive o gosto de presenciar nestas assembleias, gostava de convidar o Partido Socialista e o Partido Social Democrata a lerem as atas do último mandato e verem o que é que foram as manifestações nesta Assembleia e a que é que se resumem essas atas. Também é um exercício engraçado que nós devemos fazer, de governação e de democracia, antes de falarmos e termos esta capacidade de dizermos que agora só são 10, o outro são 3 ou são 4. Fica esta nota. Dou valor ao funcionário que, neste momento, faz o serviço de redação das atas e temos alguns fatores de comparação, face àquilo que foi o passado. Valorizando sempre o papel do autarca. Valorizando sempre o papel do autarca. Relativamente a isto penso que está dito.

Em relação à Ponte e às "Obras de melhoria e requalificação", estarão muitas mais na calha, estão naquilo que são as nossas despesas correntes, que absorvem quase 2/3 do nosso orçamento, em que 1/3 é para capital humano, despesas de capital humano. É aí que nós temos, neste momento, de colocar o foco. É claro que há muitas despesas destas, de capital humano, que dependem seriamente do que é o projeto da descentralização do Governo, e que são atualizadas todos os anos - ainda agora vamos ter uma atualização sobre a descentralização da ação social - haveremos de ter, aqui, as compensações face aos rácios nas nossas escolas e também temos uma previsão no fornecimento de refeições e de leite escolar que representa um salto de 3 milhões para 5 milhões de euros. Que se refere ao concurso internacional que ainda hoje, se Deus quiser, haveremos de validar aqui. Também está aqui a perspetiva dele, face ao que era anteriormente. Com uma baixa de impostos ou a uma qualquer quebra de outras receitas, não sei como é que nos governaríamos.

Mas continuo a dizer. O orçamento da Câmara tem 2,8 milhões de euros de fundos comunitários que eu acho que, provisionalmente, poderemos ir buscar. Se não os formos buscar tirem aos 31,1 milhões de euros que estão lá e vejam o que é que isto poderá dar, com receitas, neste momento, já garantidas - foi apresentado na Atividade Municipal - sobre alguns projetos que já conseguimos neste mandato, e bons, nas Acessibilidades 360, no projeto da DGArtes e outros, que podem dar cerca de 1 milhão de euros de receitas, digo 1 milhão para depois não terem que dizer que eu cometo alguns erros nestas leituras, que possam estar garantidas. No entanto, uma das indicações que nós temos é que essa receitas só devem estar no nosso orçamento face àquilo que está aprovado, ou mediante aquilo que está aprovado.

Também vi algumas referências na área social. Nós mantivemos o Fundo Municipal de Apoio às Famílias Carenciadas que continua a registar um valor de 60% a 70% do valor que nós alocamos a esse fundo. Vimos a questão das IPSS. O valor que está no orçamento para estas instituições tem por base o diálogo que temos vindo a realizar. Apoiámos de uma forma até um bocadinho superior em relação ao que era o trabalho que tinha sido feito anteriormente. Temos dois projetos significativos, com uma verba inscrita de 150 mil euros, que são apar o Lar do Aquém Renasce e para o Centro Social da Gafanha do Carmo, que vão fazer obras e temos previsto a possibilidade de financiarmos, nos próximos 2 anos, estas duas instituições. Temos também a proposta de fazermos uma creche, no Centro Social da Gafanha do Carmo, onde vamos ter um investimento que, espero eu, depois possa ser compensado com base no PRR, por um aviso que apareceu, mas temos, agora, um período, até 31 de dezembro para fazer essa candidatura. Dou aqui os parabéns ao sr. Presidente da Junta porque face a uma posição dos partidos, na sua Assembleia, quis saber primeiro o ponto de situação e criámos uma reunião para o efeito. Logo de seguida fomos lá com o projetista e estamos a trabalhar com as nossas equipas que são também os Presidentes de Junta.

Queremos também, na Gafanha da Nazaré, a obra da Previdência, garantindo-lhes a passagem de um terreno e estarmos com alguma disponibilidade para os ajudar, num serviço que é feito internamente e que é a preparação da sua candidatura e que foi uma das coisas a que nos propusemos, e que é trabalhar as candidaturas paralelamente às nossas, para quem precisa e que recorre a nós.

Recentemente, até enviámos às nossas bandas das associações culturais um benefício da DGArtes, que a diretora do Fundo Cultural, Susana Menezes, nos indicou, para o IVA no fardamento e nos instrumentos, que, por acaso a nossa Filarmónica Gafanhense, já tem usado esse recurso. Mas tive o cuidado de lhes telefonar, ainda não fiz com a de Ílhavo, mas hei de fazer.

Uma explicação para o Sérgio Louro, antes de prosseguir. A Câmara Municipal assumiu um compromisso a 10 ou 12 anos com uma empresa que se chama I20, que tem a ver com a redução da energia gasta na iluminação pública. Este acordo tem um pagamento de quase 6 milhões de euros, onde tem os 470 mil euros que nós temos que pagar anualmente. Hoje, pensar na conta da luz face a quanto custa cada kw, eu gostava de saber os kws que poupei e não o que estou a pagar porque esta deverá ter sido a razão pela qual escolheram esta opção. Este é um dos valores que tem que constar porque temos este compromisso. Ainda estamos no primeiro ano. Fizemos uma retificação orçamental porque o valor até superior ao que estava inscrito, mas estamos no ano zero. Estamos aqui como caloiros, ainda temos muito para aprender. Dominamos algumas coisas, mas eu acho que ainda mal. Ainda vou ter que melhorar um bocadinho esta leitura sobre as coisas que vou fazendo.

O sr. Pedro Martins diz que o documento está vazio. Eu também tive o cuidado de ler o que disse nas outras Assembleias do último mandato. O senhor já dizia isso, que já estava tudo vazio. Veja o que disse e veja o que escreveram sobre si. E o sr. Flor Agostinho também gostava que lesse aquilo que escreveram sobre a participação nestas assembleias. Vocês devem gastar, em média 10 ou 15 minutos, e, se calhar, as atas, dessas reuniões, não têm um parágrafo com mais de três linhas. E que foram aprovadas aqui. Mais uma vez dou os parabéns ao Miguel, ao sr. Presidente da Assembleia atual. Portanto, leiam bem esses documentos todos, preparem bem as vossas intervenções que é opara depois continuarmos a bater no ceguinho, nos próximos tempos.

Relativamente a estas situações, penso que está tudo dito.

Em relação áquilo que a Diana Gandarinho referiu, eu acho que poderá ter, em parte, razão. O orçamento não espelha um valor para a juventude, mas espelha para o desporto nas escolas 90 mil euros, no fórum da ciência 22.500, a manutenção de todas as atividades no nosso Estaleiro, um empenhamento muito grande naquilo que é o desporto através das nossas associações com quem fechámos cerca de 550 mil euros. A maior parte dos jovens estão centrados aí. Temos aquela situação que discutimos de alargar o horário da nossa Biblioteca, espero eu a partir do dia 1 de janeiro. São investimentos no nosso capital humano, não estão representados aqui, mas que dentro das nossas despesas gerais aparecem mencionados.

Não tenho muito mais a dizer, sr. Presidente. Acho que a referência à Ponte da Vista Alegre é uma solução que nós gostaríamos de articular com um dos melhores hotéis da região Centro, o nosso hotel 5 estrelas, e que tem algum problema com o ruído que é causado. Se calhar os impactos ambientais também têm que ser pensados. Não sabemos se o investimento que a Câmara fez, até aqui, pode suportar a nova estrutura, mas se calhar vamos desenvolver alguma coisa gira. Pode haver algumas pessoas, desta Assembleia, a participarem nessa ideia, num projeto que queremos que fique como uma referência para o nosso município. Como todas as obras que os outros autarcas aqui deixaram que nós valorizamos e vamos continuar a reabilitar e conservar. Não vamos construir de novo porque achamos que o que estamos a fazer na Fábrica das Ideias, pôr uma cobertura nova, é uma atitude positiva, da nossa parte. Não precisamos só de construir, precisamos também de saber reabilitar e fazer bem para continuar a ter essa estrutura. Temos um Cais Criativo da Costa Nova que tem problemas enormes; temos aqui uma verba alocada. Não sei se, no futuro, chega para dar resposta ao que aquele edifício precisa. Se olharmos para o que foi, até hoje, a sua utilização, se calhar também pode ser criticável, nomeadamente pelas pessoas da Costa Nova. Mas nós não temos lá equipamentos, não temos lá nada. Temos só uma estrutura porque as condições de segurança que aquilo oferece não são muitas. Não tem uma copa, não tem nada. Podíamos rentabilizar aquilo com outras coisas, mas não tem condições. É a obra que nós recebemos, vamos tentar mantê-la e conservá-la. Partiram-nos um vidro, metemos um vidro que custou umas largas centenas de euros. Portanto, vamos tentando manter essas coisas.

Relativamente às obras do Centro de Saúde da Gafanha da Encarnação. Uma notícia boa é que nós ainda podemos arranjar umas verbas overbooking ou de alguns colegas meus que não registaram a despesa total que era preciso fazer - a maior parte dos municípios da CIRA investiram no último Quadro comunitário em escolas e centros de saúde - e que deixou de sobra algum dinheiro que pode ser realocado a outras obras. Vamos tentar ainda financiar aquilo de alguma forma e garantir um financiamento um bocadinho maior face à obre, porque a parte de cima, o Centro Cultural, não tinha essa previsão. Vamos ver se conseguimos fazer mais alguma coisa.

Andamos aqui um bocadinho distraídos com estas coisas todas.

Achamos que este orçamento é uma resposta clara às necessidades primárias que nós vimos. Temos a manutenção das nossas estradas e das nossas vias com um valor que encontrámos, face a todas as outras despesas que tínhamos, e inscrevê-lo no orçamento para fazermos pinturas. Gostaríamos, realmente, na Gafanha da Nazaré de ver a mobilidade resolvida e os problemas que ainda hoje assisti a filas intermináveis de acesso à escola secundária e para a qual vimos uma solução para estudar. Vamos abrir uma nova rua; se estava já prevista, se já estava idealizada, ou não... olhe, eu não conheço o projeto, nem vi o projeto, e, se mo permitem, estamos a fazer esse projeto ao lado do pavilhão da escola secundária para abrir uma rua para ver se temos outros fluxos e outra segurança no trânsito. Vamos andando e vamos vendo. Estarei disponível, se assim o entenderem, para outras respostas nas segundas intervenções. De qualquer maneira, acho que está tudo dito. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:32:11")

«Vamos então as inscrições para um segundo período de intervenções, se alguém o desejar. Alguém se pretende inscrever?»

Luís Leitão, PS: (03:33:19")

«Valorizando o papel do autarca foi uma frase que o sr. Presidente reforçou. Sim, é importante. Eu gostava também de o felicitar porque nem tudo é mau. Gostava de o felicitar pela forma original, nestas Assembleias, com que fez uma apresentação. Introduzir algo de novo, não se é, necessariamente, mais esperto ou mais eficaz por se aplicar as novas tecnologias, coisas que nós íamos também debatendo no passado. Mas o seu esforço é relevante e demonstra uma vontade de ser mais esclarecedor. Felicito-o por isso. É uma boa forma de começar a fazer diferente. Queria também dizer-lhe que, pela primeira vez neste mandato, vejo o sr. Presidente verdadeiramente convencido daquilo que está a dizer. Não é que, necessariamente, eu concorde consigo, mas o senhor, do princípio ao fim, mostrou respeito por esta Assembleia, tentando introduzir o ponto como deve ser. Fundamentou, à sua maneira, aquilo que era o motivo da discussão. É a primeira vez no mandato, parabéns; faz parte da caminhada. Esperamos que mantenha o nível.

Apesar dos mapas e da apresentação que fez, reforça aqui alguma contradição entre aquilo que diz fazer e a qualidade do documento que está por baixo dessa capa. Por trás dessa capa "Grandes Opções do Plano" faltou fundamentação, faltou estruturar tudo aquilo que disse. Tudo aquilo que os seus colegas de Movimento vieram aqui dizer. Não consegui perceber nenhuma das iniciativas que aqui foram faladas, na leitura do seu documento. Lá está, a proximidade ao poder dá-nos um conhecimento extra. Felicito-o por isso. É pena não ser para todos e ser só para alguns.

Acho que a sua intervenção merece uma intervenção de cariz mais político e, por isso, também lha quero dar. Essencialmente porque mantém a mesma política orçamental do PSD, que se recusa a usar instrumentos orçamentais para intervir positivamente na economia local e no alívio da carga fiscal aos munícipes, porque mantém a mesma postura de gestão corrente ao sabor dos acontecimentos. A proposta do Plano e Orçamento tem a utilidade de demonstrar que entre esta maioria, liderada por si e pelo seu Movimento, e a anterior, liderada pelo PSD, não há divergências de fundo. Esta é a meu ver, ou a nosso ver, a verdadeira coligação negativa. É assim que podemos chamar o presente mandato autárquico, a coligação das ideias, ou da falta delas, entre o 'Unir Para Fazer' e os seus antecessores do PS. As críticas que fazíamos ao governo ou ao Executivo do engenheiro Fernando Caçoilo, podemos fazê-las, na sua generalidade, ao seu mandato.

É negativa porque está conformada com as inúmeras potencialidades que o território tem por aproveitar e está demitida do papel da câmara na devida intervenção na coesão social e na dinamização da economia local.

A proposta deste Plano e Orçamento revela que esta maioria se encosta à rotina de mandatos anteriores. Prova maior dessa ausência de ambição para o município é o vazio da informação programática sobre as diversas áreas de intervenção da autarquia e respetivos pelouros, que explicita a visão da política e os objetivos dos pelouros e as medidas a implementar, durante o ano de 2023.. Por isso, e por todos estes motivos referidos, e outros que abaixo enunciaremos, a proposta do Plano e Orçamento merece-nos, no essencial, a nossa discordância.

Votaríamos, na generalidade, contra esta proposta porque se baseia na arrecadação de receitas de impostos e de taxas municipais, para lá do que é justo e equilibrado; e exigir às famílias e pequenas e médias empresas do nosso município. Em 2023, prevê-se o aumento da receita proveniente de taxas e impostos municipais em quase 2 milhões de euros.

Com sustentabilidade, repito, com sustentabilidade é possível diminuir a carga fiscal através da redução da taxa de IMI para o mínimo legal de 0,30, reduzir a taxa da participação variável no IRS para 3% e reduzir a taxa da Derrama. Essencialmente, garantir isenções aos setores de atividade mais afetados pela crise inflacionista e às novas empresas que criem, pelo menos, 5 postos de trabalho. E isso não foi tido em conta.

Votaríamos também contra esta proposta porque diminui, drasticamente, a capacidade de investimento da câmara, no sentido inversamente proporcional ao do aumento da receita proveniente de taxas e impostos municipais. Como diria o vereador Sérgio Lopes, do Partido Socialista, é caso para dizer que este é o orçamento dos máximos impostos e dos mínimos benefícios.

Votaríamos também contra esta proposta porque o exercício da criatividade contabilística, plasmado no mapa orçamental das Grandes Opções do Plano, não nos convence. A propaganda dos inúmeros investimento que ali estão indicados cai por terra se confrontada com a anémica despesa de capital prevista e a magra captação de receita proveniente de Fundos Comunitários que, como bem sabemos, são essenciais para garantir o financiamento dos projetos. Este é, aliás um péssimo indicador da capacidade desta maioria no aproveitamento das oportunidades inerentes ao Plano de Recuperação e Resiliência, que já aqui falou.

Votaríamos também contra esta proposta porque desconfiamos da maturidade de muitos dos projetos que ali estão indicados. Duidamos da sua execução durante o mandato, quanto mais já em 2023. Isto, somada à falta de plano de atividades que nos indiquem os objetivos que presidem à implementação daquele projeto., que demonstre, também o pensamento e a ambição da maioria para com o município de Ílhavo.

Votaríamos também contra esta proposta porque desmerece a prioridade que deve ser dada a um conjunto de investimentos mencionados no documento, mas sem a dotação orçamental que nos permita confiar na sua execução imediata. São disso exemplos, a requalificação, já aqui falada, do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, o apoio à construção de lares e creches e a Via panorâmica entre Ílhavo e Aveiro.

A intervenção dos elementos do UPF mostra a diferença entre o sonho e a realidade. O sonho de 27 milhões de euros de Grandes Opções do Plano, num orçamento de 31 milhões. Mostra, também que há um contraste entre o que conseguimos perceber da proposta apresentada e o irrealismo ou o populismo do discurso dos membros da bancada.

Votaríamos também contra esta proposta porque não é neste Plano e Orçamento que reside a alternativa ansiada pela maioria social do povo de Ílhavo que mudou e derrotou o anterior Presidente da Câmara. Este é um orçamento populista, de promessa fácil, sem concretização à vista e comodismo, sustentado no imobilismo sem pensamento e ambição. Este é um orçamento que fica para a não história.

No entanto, dado o compromisso assumido pelo Partido Socialista enquanto partido da oposição responsável, ainda que não esteja, necessariamente, garantida a estabilidade governativa a título de valor absoluto e que se sobreponha a todos os outros valores, entendemos que é do superior interesse do município garantir, em 2023, viabilidade à governação da autarquia e, para esse efeito, não sonegar este instrumento orçamental à maioria do 'Unir Para Fazer'.

Por isso, face ao exposto, a bancada do PS abstém-se.»

José Pinto Reis, UP: (03:41:37")

«A proposta de Orçamento e Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano apresentadas para aprovação nesta Assembleia, materializam o compromisso que o Movimento 'Unir Para Fazer' apresentou aos eleitores em 2021.

Após um ano em que a oposição foi reclamando com as marcas e cunhos distintivos da nossa governação, e que sempre dissemos que, para além da gestão corrente que seria necessário

fazer naquele ano, mais tarde, e brevemente, essa demonstração iria ser evidente. Este é o orçamento que marca o início da demonstração desse compromisso. Tenhamos a capacidade para analisar globalmente estas propostas e considerar que aquilo que poderiam ser intenções do passado não passavam disso mesmo. Intenções sem suporte, muitas vezes sem evidência de que os investimentos estariam eminentes.

Hoje, mais importante, ou tão importante, como olhar para o próximo ano, é necessário termos em conta a perspetiva do futuro. Muitos dos projetos que aqui falámos, e que aqui estão vertidos, terão o seu início em 2023, mas o seu impacto orçamental será mais forte nos últimos anos. Esta proposta tem uma preocupação de reforço do quadro de pessoal do município e na oferta de condições de trabalho adequadas para um ambiente digital que todos pretendemos.

É clara a aposta pela preocupação pela eficiência energética e na produção e energia de origem renovável, por forma a reduzir a dependência do município de fontes exteriores e, por essa via, reduzir os custos operacionais.

O estado de degradação de muitos dos equipamentos que hoje estão na gestão municipal, obriga a uma forte aposta do investimento na sua requalificação. São obras há muito reclamadas, mas que até agora não foram realizadas, quer pela Câmara Municipal, quer pela Administração Central.

Este orçamento prevê a requalificação e três escolas, no montante global dos diversos anos, de 12 milhões de euros: Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Escola EB 2 da Gafanha da Nazaré e Escola EB 2,3 José Ferreira Pinto Basto.

Neste domínio da educação, prevê-se ainda a construção, tanto da Escola Básica da Gafanha da Encarnação Norte, assim como o Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação Norte.

Outra área há muito diagnosticada e que já aqui foi vastamente referida como prioritária, a saúde, onde estão previstos investimentos na requalificação dos Centros de Saúde de São Salvador e da Gafanha da Nazaré, no montante global superior a 5 milhões de euros.

De especial relevância está consagrado nesta proposta, o projeto de intervenção e requalificação do centro da Cidade da Gafanha da Nazaré. É uma necessidade premente e o anseio de toda a população.

Na rede viária, para além das vias norte e sul da Gafanha de Aquém e da Avenida Ria Mar, está acautelado o projeto de requalificação da Avenida da Marginal, do Cais dos Bacalhoiros, ainda que em fase de definição de quem será o dono da obra, se assim se pode dizer, se a Câmara Municipal, se a APA, ou mesmo a CIRA.

Permitam-me ainda que destaque a rede viária complementar entre Ílhavo e a cidade de Aveiro e a, já falada, Ponte da Vista Alegre.

Este orçamento também permite que o saneamento básico e as águas pluviais, que representa um investimento, nos próximos anos, superior a 5 milhões de euros, prossiga na Gafanha da Encarnação e chegue à Gafanha do Carmo e à Gafanha de Aquém.

No que respeita às infraestruturas culturais e desportivas, esta proposta prevê, pelo menos, 2 milhões de euros, com as intervenções na Fábrica das Ideias, no Museu Marítimo e em ambas as Piscinas Municipais.

É com esta ferramenta que o município está preparado para avançar com a estratégia municipal para a habitação, com um orçamento previsto de 9 milhões de euros, até 2027, sendo 5 milhões de euros de investimento até 2025.

Estes são apenas alguns dos investimentos, provavelmente, mais materialistas que decidi apresentar. Outros mais estão vertido neste documento e com importância tão relevante.

Em conclusão, este é um orçamento que abre caminho para que, em três ou quatro anos, tenhamos um parque escolar mais condizente com as necessidades atuais; uma rede de cuidados de saúde primários, com instalações adequadas e dignas para os cidadãos; uma nova centralidade na Gafanha da Nazaré; uma rede viária adaptada às necessidades de circulação dentro do município e deste para os municípios vizinhos; uma cobertura de saneamento básico em todas as Freguesias; uma resposta habitacional digna para aqueles que mais necessitam; um orçamento participativo reclamado há tanto tempo por alguns; uma estrita colaboração entre o Município, as Freguesias e o movimento associativo.

É sobre este projeto que somos, hoje, chamados a tomar uma decisão.

Há um ano estávamos aqui a apresentar e a defender o orçamento possível. Hoje, preparamo-nos para aprovar um orçamento com o qual nos identificamos mais.

As perguntas que deixo no ar são, qual destes investimentos não merece o vosso apoio? Qual seria o investimento mais prioritário do que aqueles que aqui são apresentados?

Ouvimos falar, e já consta, que o PS terá dito que já votou contra em propostas de orçamentos melhores que este. Perdoem-me a ligeireza, mas faz-nos lembrar aquele comentário "diga um. Diga um".

Provavelmente, alguns sentiram falta das obras faraónicas de regime, de grande impacto visual, e com pouca eficiência ou nenhuma. Não é o tempo certo não é a prioridade absoluta. Deixamos apenas uma recomendação ao Executivo para que não hesite recorrer à contratação dos serviços dos gabinetes de arquitetura externos para o desenvolvimento dos projetos que se revelem necessários. Temos que estar prontos para avançar com o investimento, logo que estejam reunidas as condições.

Este é o tempo de aprovarmos este documento, este orçamento e as Grandes Opções do Plano e o mapa de pessoal. Votaremos favoravelmente, como é lógico.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (03:49:08")

«Antes de mais, o meu agradecimento ao Sérgio Louro. Se não fosses tu, se calhar, não conseguia ler os papéis do orçamento. Foi graças ao teu pedido. Parabéns. E parabéns ao sr. Presidente da Câmara porque facilitou, e aos funcionários que tiveram esse cuidado. A bem da verdade, nos últimos anos, nunca tínhamos tido tanta qualidade no documento. Também um agradecimento ao sr. Presidente pela referência ao assunto da creche. Veio repor um bocado da verdade.

Houve um partido da oposição, na minha Assembleia de Freguesia, que fez questão de transmitir uma mentira para a sociedade, que nós éramos contra a creche. Nós não somos contra a creche. Nós somos é contra aquela moção. Não somos contra a creche e a prova disso é a reunião que tivemos com o sr. Presidente que ficou satisfeito e gostou do que viu do trabalho anteriormente realizado. Não pela Junta, verdade seja dita, mas pela Associação de Pais da Gafanha do Carmo, que há bastantes anos que anda a trabalhar esse dossier e tem reunido com bastante gente. Mas também lhe digo, sr. Presidente. Não é só agradecimentos e elogios. Eu também partilho um bocado da opinião do Luís Leitão e do Pedro Martins. Ao ler o documento não me tinha apercebido da creche. O Rui Rufino falou nela. Eu não sei se ele tem outro documento que nós não temos. Não sei se veio nas famosas mochilas de que tanto falaram há um ano. Eu por acaso não vi, Pedro Cristo. Li duas vezes e não vi. Está lá só apoio à creche, mas não vi a referência ao Carmo. O que interessa é que é para avançar. Isso é que interessa.

Como nós, os Presidentes de Junta, somos mais práticos e tentamos ser o mais rápido possível nas coisas, porque nós somos concebidos para trabalhar, para fazer e para trabalhar menos, tenho três questões para colocar ao sr. Presidente, isto para que eu possa dizer aos meus fregueses o que está previsto, para os esclarecer. E também porque desta sua resposta não vai depender o meu voto, hoje - o meu voto será a abstenção - mas, possivelmente, se as coisas rolarem bem, quem sabe se, para o ano, não será um voto a favor, numas GOP a apresentar para 2024.

As questões são as seguintes. Que tipo de novidades posso esperar para o saneamento básico, para a segunda fase para a Gafanha do Carmo? Que novidades é que posso transmitir, o que é que podemos esperar, o que é que podemos ver no terreno sobre o Centro Cívico? E, por último, porque tenho no meu plano de atividades, que já foi aprovado na segunda-feira, se está previsto algum tipo de intervenção no caminho do praiaão? Eu vi nas contas que estava prevista alguma intervenção no caminho do praiaão e a minha questão é o que é que pensam fazer?

Para terminar, deu para notar no documento, nas contas, que nós, nas Freguesias podemos contar com mais 30 mil euros para o ano, certo? Estão previstos 580 mil euros, acredito que podemos contar com mais 30 mil euros. Certamente que será para o apoio financeiro para realização de obra, até porque, em termos de delegação de competências, transferência de competências, tudo o que se possa vir a discutir só terá reflexo em 2024. Portanto, vou tentar ser ambicioso e tentar captar grande parte deste 30 mil euros. Obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (03:53:32")

«Ou eu não me faço entender ou se, de facto, as pessoas não querem entender. O processo de requalificação das escolas vai acontecer por via da descentralização que se concretizou, na área da Educação, com o Executivo do Partido Social Democrata. Foi desse processo, sr. Presidente. Nós tivemos esse dossier e trabalhámo-lo para que a requalificação se concretizasse. E foi exigido ao Governo que esta obra se concretizasse na delegação da competência. Na área da saúde a conversa é outra. Porque em 2016 e 2017 o Município foi informado de que a requalificação dos Centros de Saúde não estavam ao abrigo da delegação de competências do processo de descentralização, mas sim por delegação do Governo Central. Eu não sei se me estou a fazer entender. Portanto, aquilo que me preocupa é ainda estarmos em fase de projeto, sr. Presidente, porque isto era ao abrigo das competências do

Governo Central. Por isso é que não havia projeto, porque houve o compromisso do Secretário de Estado e do Ministério da Saúde que essa obra era projetada e tratada pelo Governo Central. Por isso é que não havia projeto.

As escolas foi um assunto diferente e dou os parabéns por conseguirmos. Se daqui a 3 anos tivermos estas dotações concretizadas, nomeadamente as destas rúbricas, e executadas, vamos ficar todos contentes. Eja em Ílhavo, seja na Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo. Naturalmente.

Eu desejo o sucesso do Executivo. A minha surpresa, e por isso é que eu referi várias vezes os 10 mil euros, nem é, concretamente, dizer que a responsabilidade é da Câmara. Preocupa-me é que o Governo não cumpriu. E somos surpreendidos com esta notícia. Eu não estou contra si. Nem pensar. Não estou contra o Executivo. Por isso é que nós nos abstivemos. Por isso é que nós fazemos parte da solução. Nós acreditamos é que podemos fazer mais e melhor.

A questão dos 10 mil euros, não é à Câmara Municipal... não. A responsabilidade não era da Câmara Municipal. Havia esse compromisso. E é isso que me preocupa. E é isto que os nossos cidadãos têm que saber.

Lamento imenso que, em 2023, só tenhamos fase de projeto.

Mas a notícia de que, de facto, do PRR as verbas que estavam adjudicadas aos municípios vão passar à qualificação de edifícios de saúde e de educação, é que eu acho que era importante nós percebermos se isto é verdade. Afinal, para os projetos serem viabilizados e executados tem que haver o processo de concurso, e para concurso tem que ser um projeto elegível. É isto que nós temos que perceber. E durante o ano de 2023, pronto, neste caso, a obra é de projeto do centro de saúde, de requalificação, já está em andamento, mas isto é um processo que tem levado algum tempo. Naturalmente, Isto não sai o coelho da cartola, nem pensar. Isso não existe. Nem na Noruega, nem na Dinamarca, que são países evoluídos. E vejam, em termos da mobilidade, o que eles se tiveram que se transformar, em termos sociais e até de modo de vida, e abdicar de muitas coisas, para que eles, de facto, dessem o passo na mobilidade. E se calhar é isso que nos falta. E vai ser um assunto que todos nós vamos querer ver resolvido. Não é uma bandeira deste Executivo, ou do PS ou do PSD. Eu acho que aqui somos unânimes. Não há dúvida nenhuma.

Mas esta notícia preocupou-me. O compromisso que existia antes era de que estas obras eram ao abrigo da ARS, por qualificação, e que o Governo Central é que tomava. É que estamos com um processo de delegação de competências e isto está-me a preocupar cada vez mais. Eu já estava preocupada. Muitas vezes diziam que o PSD só se preocupava com o cheque. Pois com certeza. Eu não sei se 5 milhões chegam para a Gafanha da Nazaré, para o centro de saúde. Eu não sei se 2,5 milhões de euros chegam para o Centro de Saúde de Ílhavo. É isto que me preocupa. Nós estamos aqui não é só para criticar. Nós estamos aqui para dar alertas que temos esta preocupação e as coisas não se concretizaram antes porque houve um compromisso do Governo Central que não foi correto com os seus autarcas. E parece-me que vai continuar a não ser sério. Porque vendo esta notícia e, depois, nós, de facto, vemos que... e eu posso transmitir. "O Ministério da Coesão Territorial, que tutela o processo, esclareceu a comunicação social que os programas operacionais não podiam financiar as obras em causa. Os avisos abertos ao mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030, apenas podem contemplar, como programas financiadores dos pólos regionais, já que os pólos temáticos não têm consagrada a elegibilidade em causa". E é isto que me preocupa, sr. Presidente. Não é de crítica, é de perceber que, neste documento, ainda estamos em fase de projeto. É uma luta que foi do Partido Social Democrata, é uma luta que o sr. Presidente da Câmara vai ter e uma coisa lhe garanto: estaremos ao seu lado. Não tenha dúvidas. E, por isso, é que nós, independentemente do documento ser assim ou assado, nas Grandes Opções do Plano a gente abstém-se porque fazemos parte da solução. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:00:24')

«Concluídas todas as intervenções, sr. Presidente, para encerrar esta questão. Faça o favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:00:27")

«Para uma última intervenção sobre este assunto.

Relativamente àquilo que são as obras de saneamento, nós temos a perspetiva e quase que poderíamos pensar que já estaríamos a ver, em 2024, o saneamento a arrancar na Gafanha do Carmo e na Gafanha da Boavista. É um objetivo nosso. Portanto, podemos tranquilizar as

peças da Gafanha do Carmo - ainda falei dela, esta semana, com o meu Vereador e com a entidade AdRA - que queremos arrancar com essa obra, lançar estas duas obras até aos finais do ano que vem. Por isso é que elas estão inscritas em orçamento.

Relativamente às obras que o senhor falou, tanto o Presidente da Junta, como todos os outros, estamos a falar sobre o Plano de Gestão de Riscos e Inundações. É o PGRI. Temos que olhar para o passado, o que foi feito, o que não foi feito. E, portanto, tanto o caminho do praiaço; a Rua do Sul e a Rua do Norte, na Gafanha de Aquém; a margem poente de Ílhavo; o que se passa na Rua Ria Mar, na nossa Barra; todas estas situações, todas estas obras, têm que ter um financiamento. E temos que nos preparar para estas situações. Estamos a fazer um trabalho intenso de preparação de um documento, que será, depois, validado em sede própria, para ver se conseguimos ir buscar fundos ou então teremos nós que investir diretamente. Como sabem, a quota do caminho do praiaço já devia ter mais 5 centímetros. Não sei se tive a oportunidade de falar com os srs. Presidentes das Juntas sobre isto, mas já na Murtosa se dizia o mesmo, e, portanto, estamos todos preocupados na CIRA para que estas obras possam chegar à nossa região e financiadas. Ainda temos outra, que é a defesa da nossa costa, os sete quilómetros que temos de praia e os passadiços. Já reunimos com a Agência Portuguesa do Ambiente, a antiga ARH, no sentido de relocalizar os passadiços existentes, onde é que há financiamento para isso, uma vez que nós melhorámos, na Costa Nova, os passadiços e gastámos quase 80 mil euros nessa obra, mas os passadiços têm uma manutenção constante. Tivemos, no ano passado, com, entendo eu, os nossos parceiros "Não lixes" e "Quercus", uma palavra, e que ainda vamos ter este ano, se tivermos uma resposta da APAmbiente. Se não, irei falar com eles na mesma, eu e o sr. Vereador, no sentido de esclarecer que, ou fechamos os passadiços ou há condições para os relocalizar e prepará-los para receber as pessoas. Porque se não é para pôr lá máquinas, pois, pedia a todos, em regime de voluntariado, que quando aparecer um anúncio nós vamos pôr lá pás, carrinhos de mão, enxadas, vassouras e tudo o resto. Quando a comunicação social estiver a aparecer, vais haver sempre gente interessada e dizer que a culpa é do outro. A nossa posição é fechar os passadiços e, então, vamos trata-los de forma diferente. Porque, para mim, é a defesa da costa, e temos que ter este cuidado. Vai-nos caber a todos esta responsabilidade. Ou vamos utilizar e utilizamos com o pézinho em cima da areia, e está tudo bem, ou se queremos aquilo limpo, temos todos que participar na limpeza. Se não, têm que nos permitir, com os meios financeiros que nós achamos que são os ideais, sem prejudicar em nada o que foi o trabalho das gerações que estiveram atrás a governar a Agência Portuguesa do Ambiente, a ARH, a Câmara, todas as entidades envolvidas, e vamos fazer esse trabalho para manter as duas praias acessíveis e com os registos que têm tido até hoje, com plena satisfação dos nossos veraneantes e não só.

Também temos outro desafio, que também está no nosso orçamento, que são os transportes intermunicipais. Já temos uma verba inscrita de 70 mil euros, mas que poderá chegar aos 140 mil euros ou ultrapassar. A operação iniciando-se já temos este custo. Até tínhamos também o CIROA (Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais), porque se lermos aquilo que são os documentos anteriores de aprovação, havia o CIROA, para o qual eu não estou muito disponível, mas que estava prevista, pelo meu colega anterior, a ampliação do nosso CROACI. Também começou essa obra, no nosso mandato, por um alerta que nos fizeram que a obra tinha sido iniciada, mas estavam lá 70 mil euros e iniciámos essa obra que há de ser concluída em breve.

A gestão dos Cais dos Pescadores que é uma coisa engraçada. Também estava um valor previsto naquilo que era o Cais dos Pescadores da Costa Nova, mas a madeira estava toda podre e nós, para encontrarmos um fornecedor com disponibilidade para nos dar uma resposta, e algumas trocas de e-mail que também tivemos que fazer, para encontrarmos o melhor preço, não nos permitiu, até hoje, acabar essa obra, que já devíamos ter acabado. Falámos com os pescadores e penso que temos que encontrar ali outra dinâmica, entre eles e nós, para uma melhor gestão daquele cais. O cais tem 20 anos e colocando madeira nova suportará mais 20 anos. E temos os outros que também é preciso manter: o da Bruxa, ou da Gafanha de Aquém, o do Cais da Malhada, e todos os outros, que a Polis da Ria também está a tratar, mas vamos ver quem é que vai dragar e limpar isso.

Relativamente a estes pontos, eu espero que isto tudo avance e que consigamos fazer estes trabalhos, e consigamos estar nestas coisas todas com o nosso orçamentozinho.

Na Gafanha do Carmo, sr. Presidente, está par que comprámos o último terreno, este ano. Temos o projeto que já partilhámos consigo, na reunião do aniversário da Junta de Freguesia. Sabe bem que queremos fazer isso. E em frente ao pavilhão do Carmo também queremos criar os estacionamento e os lugares. Já lhe dissemos e o senhor prontificou-se a tratar isso connosco e tem sido empenhado no seu trabalho. Não estou aqui a trocar galhardetes, mas

acho que o senhor merece esta referência, uma vez que, como Presidente de Junta, tem sido cumpridor. Tem-se trazido aqui os relatórios, que era uma coisa que não acontecia, portanto, todos os autarcas estão a para da situação, nomeadamente até o Executivo Municipal que antes não tinham.

O assunto da creche. Pois, o assunto da creche merece, realmente, que o senhor o venha elevar aqui. O senhor teve as negociações, foi o senhor que me telefonou, fui eu que, depois, despoitei e fomos verificar que já havia um trabalho, até com a equipa da Gafanha da Encarnação para a gestão, até havia a ideia de inserir o projeto da creche no nosso, por isso, dou-lhe os parabéns. Saímos de lá com outras intenções, vamos ver se cumprimos isso.

Relativamente à questão dos apoios às Freguesias e mais dinheiros. Pois, falou-se pouco sobre isso. Nós achámos que se devia reforçar com mais alguma verba, por percebermos que o trabalho que foi feito e a forma colhedora como vocês receberam algumas ideias que o Executivo também teve, que temos ainda que afinar, a questão dos relatórios e tudo, mas o que vos pedimos foi que houvesse intervenção ao nível da via pública, nos passeios e na criação de passeios. Já acertámos essas conversas estamos à espera das vossas respostas, que devem estar a chegar nos próximos 15 dias, para ver se na Assembleia de fevereiro teremos a votação de um novo acordo de transferências de competências, fechando alguns assuntos que nunca foram transferidos, e preparando os novos valores para vocês terem disponibilidade do dinheiro antes e precaverem-se para as vossas obras.

Quanto à Margarida Alves não tenho qualquer referência a fazer.

Queria fazer uma referência a todos, uma vez que me cabe a mim fazê-lo. Uma vez que eu não sou representante de nenhum partido político com assento na Assembleia da República ou noutros órgãos do Governo, deveria esta Assembleia preparar para nos ajudar fortemente a realizar todos estes projetos de âmbito comunitário e não comunitário. Todo o vosso esforço é desejável por nós, pelos nossos técnicos qualificados que fazem o trabalho diário, pelas empresas que se vão instalar para a realização do seu trabalho no nosso município, por toda a influência de negócios que vão ocorrer depois da instalação para estas obras. Vejam a importância que é vocês darem uma palavra aos seus parceiros de partido para que nos possam ajudar. Isso é que é importante para nós elevarmos o nosso município, para as empresas se instalarem aqui e, quiçá, tornarem-se mais fortes a partir daqui, porque estão num município de referência nacional e o quarto da CIRA, diria eu. Muito obrigado a todos. Sr. Presidente é tenho tudo dito sobre o que são as GOP e as respostas aos srs. autarcas.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:10:15")

*«Vamos proceder à votação do Ponto 6: proposta das "Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? A proposta foi **aprovada** por **maioria**, com 8 votos a favor (8 UPF) e 16 abstenções (9 PSD, 6 PS, 1 CHEGA).*

Ponto 7. "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:10:53")

«Bem. É uma hora e dois minutos, a Mesa propões que se continuem os trabalhos e coloca à consideração do plenário. Muito bem. Vamos então continuar.

Vamos passar ao ponto 7, "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2023". Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:11:44")

«Eu, neste ponto 7, não tenho nada a adiantar. É um documento que normalmente vem à Assembleia, que carece de aprovação, e nada tenho a referir.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:11:53")

«Abro então as inscrições. Alguém pretende usar da palavra. Não? Senhor Presidente pretende acrescentar mais alguma coisa? Também não.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:12:12")

«Vamos proceder à votação do Ponto 7: proposta de "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2023". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A proposta foi **aprovada** por **unanimidade**.»

Ponto 8. "Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:12:37")

«Ponto 8: "Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços". Senhor Presidente».

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:12:51")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Foi tudo dito por si, não há mais nada a acrescentar.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:12:54")

«Presumo que não haja intervenções. Muito bem. Não havendo intervenções, o Plenário tomou conhecimento do mapa dos "Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços para 2023."»

Ponto 9. "3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:13:24")

«Passamos ao ponto 9 da nossa Ordem do Dia. Apreciação do "3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2022". Dou a palavra ao sr. Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:14:34")

«Nada a referir, sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:14:36")

«Abro as inscrições para eventuais intervenções. Alguém pretende usar da palavra?»

João Braga, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador (UPF): (04:14:13")

«Eu tinha registados uns pontos, mas não quero fazer perder muito mais tempo. Antes de mais queria passar a mensagem ao sr. Presidente da Câmara, a confiança prestada nas nossas Juntas de Freguesia. Fico muito feliz em saber que, certamente, devemos receber mais algum valor. O que é extremamente importante para as competências que vamos tendo na nossa Freguesia - e quando falo na nossa, falo nas nossas - que acaba por ser uma mais-valia para todos e para ajudar quem está próximo de nós. Ser Presidente de Junta, vemos isto cada vez mais, na realidade que vivemos na nossa Freguesia, é um serviço de

proximidade. Cada vez mais somos os que estamos mais próximos da nossa comunidade, com todos os problemas à tona.

Gostava também de deixar aqui um destaque pessoal aos relatórios que temos prestado. Vejos estes relatórios, e penso que os meus colegas também, como uma maior transparência e um maior rigor. Eu sei que nem todos concordam, mas eu vejo como um documento de rigor de transparência, e que, ao mesmo tempo, nos dá um destaque especial e um real movimento do que vamos fazendo e das contas que vamos tendo e prestando para com a nossa Câmara. Era isto que eu queria acrescentar.

Mostrar a vontade que temos em continuar a trabalhar, e que temos a pré-disposição de continuar a receber maiores competências e, acima de tudo, maior valor. Obrigado.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD):
(04:16:34")

«Se há pouco comecei por agradecer, agora começo por um pedido de desculpa. Na assinatura do protocolo, salvo erro foi na sessão de junho, eu disse, neste mesmo lugar, que quando um Presidente de Junta diz que faz, faz. Mas se vocês lerem os relatórios, e agora vou falar no meu caso, vão ver que ainda não foi possível executar aquilo a que me propus. Também podem verificar que, em termos de verba, quase que já esgotei a verba. Devido à inflação já esgotei, com os orçamentos que não tinham nada a ver com os custos das obras, já quase que recebi toda a verba da Câmara Municipal de Ílhavo. Mas as obras a que me propus fazer ainda não as realizei na totalidade, e dificilmente vou realizar, porque só um é com águas pluviais porque já tenho uma quantidade enorme de água a correr nas valas e não consigo realizar. Apresentei esta situação ao Executivo. O Executivo também disse em junho que estaria cá para corrigir algum valor. Lembro-me, na altura, que o sr. vereador João Semedo assumiu essa posição. Não nos foi dito que iriam corrigir o valor, mas deram-nos carta verde para, não conseguindo realizar a obra, investir em material para depois, assim que possível, possa realizar a obra. Saiu dessa reunião este acordo entre nós. Acho que devem ter este conhecimento que, de facto, não vou executar a obra na totalidade este ano. Irei executar assim que possível no início do ano que vem, mas irei gastar a verba em muito, muito, muito mais em material para depois fazer a obra.

Para terminar e para falar no protocolo. Sim, é verdade. Já estamos a trabalhar no próximo protocolo, na nova discussão de transferência de competências, mas isso só se reflete em 2024. Este protocolo, já o disse na altura, que assinámos não era o ideal. Ainda vamos partir um bocadinho de pedra nas próximas reuniões para tentar aperfeiçoar. Eu não concordo com este protocolo, com tantos relatórios e a maneira como eles estão. Não acho que seja o ideal. Nós não somos contra a transparência, mas achamos que há outra maneira de fazer os relatórios. E como podem verificar, eu, nos meus relatórios, não entreguei uma única foto. Peço desculpa, não sou minimamente entendido nestas coisas de carregar fotos nos words, excels ou coisas assim, mas fica o meu compromisso que no relatório de 15 de dezembro, nem que eu venha cá entregar em papel, as fotos irão aparecer. Está tudo.»

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD):
(04:20:11")

«Na minha opinião, as intervenções dos Presidentes de Junta, e já o disse por diversas vezes, eles estão cá por inerência e não por eleição direta por um partido. Nós estamos cá para defender os interesses da Freguesia acima de tudo. Estamos eleitos por partidos políticos ou movimentos, mas estamos cá para defender a nossa Freguesia ou as nossas Freguesias. Não estamos contra a Câmara, nem contra ninguém, mas é isso que estamos cá para fazer. No entanto, não resisto a fazer aqui uma observação política sobre esta Assembleia. Eu começo a ficar um pouco preocupado com a proximidade de ideias entre o PSD e o PS, não pelo aproximar das ideias do PS ao PSD, nem pelas pessoas do PS nesta Assembleia que estimo e admiro. O que me preocupa mais é que isto possa vir a acontecer a nível nacional. E isso, para mim, é inconcebível, porque não partilho, minimamente, das ideias do vosso partido. Provavelmente até conceberia poder sair do PSD e ir para um movimento qualquer que não tivesse partido.

Ao contrário do que possa parecer, se calhar, as ideias mais políticas que se apresentam nesta Assembleia são as do próprio Movimento que não tem partido político. À exceção de uma pessoa aqui que algumas vezes dá uma bicada ou outra.

Posto isto, vamos lá falar no que interessa para as Freguesias. O Luís Diamantino já falou algumas coisas. Nem tudo é bom, nem tudo é mau. Apreciei algumas coisas novas que foram introduzidas por este novo Executivo, liderado pelo presidente João Campolargo. SA forma ágil, com que eu tenho feito, de tratar o vereador João Semedo, que me facilita a forma de comunicação. Há um bom entendimento entre a Junta e a Câmara, nos mais diversos

aspectos, nomeadamente no protocolo, entre outros. Acho importante o reconhecimento, por parte do Executivo, pela dificuldade que temos no atraso das obras, que é perceptível quer pela dificuldade, pelo atraso na celebração dos protocolos, e também pela dificuldade nos fornecimentos, quer ainda, em termos orçamentais, pelo aumento do preço de todas as obras. Penso que é transversal às quatro Juntas, porque penso que nem todos vão conseguir concluir, até 31 de dezembro, todas as obras que estão protocoladas. Não sei se haverá alguém que não as consiga fazer na totalidade, mesmo depois de 31 de dezembro, com os orçamentos que temos para realizar. Eu vou fazer um esforço para as tentar realizar, na totalidade, após 31 de dezembro.

No entanto, a título de exemplo, nós quando programámos as obras ou ainda não tínhamos os orçamentos totais, ou eles estão completamente desfasados da realidade. Por exemplo, o Parque das Autocaravanas para a Costa Nova tem uma comparticipação da Câmara Municipal na ordem dos 7.500 euros e só uma estrutura que foi adquirida para colocar lá custa, salvo erro, 7.050 euros. Todo o resto vai ter que sair do orçamento da Junta de Freguesia.

Também valorizar, nos aspetos positivos, a abertura que o Executivo manifestou no sentido de fazer algumas alterações aos protocolos futuros, nomeadamente no relatório, com a introdução de algumas cláusulas e a verificação de alguns pressupostos, que entendemos que deveriam ser corrigidos no próprio documento. Não somos contra a transparência, mas acho que deveriam ser mais aligeirados na forma de executar.

Mas nem tudo é positivo e nós temos que o referir. Penso que a perda de um ano na negociação da transferência de competências, que agora só vai produzir efeitos em 2024, portanto, em 2023, as competências vão-se manter. Isto não é culpa de uns ou de outros, mas por culpa de todos, acho eu, porque não soubemos diligenciar nesse sentido. Estamos a falar do protocolo, mas a transferência de competências afeta diretamente os valores protocolados.

Para um Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, que é proveniente, em dois terços, de um executivo de uma Junta de Freguesia, em que sempre reivindicámos, em conjunto, o aumento das verbas e das competências entre a câmara e as Juntas, fiquei um pouco desiludido, apesar de eu perceber que neste primeiro ano de adaptação, manter as coisas como estão. E eu percebo perfeitamente. Se eu fosse para um lugar novo - foi assim que eu fiz quando fui para a Junta - não mexia muito no que estava para ver como é que a carruagem anda. E eu percebo isso perfeitamente. Agora, no segundo ano, propor um reforço de verbas para a totalidade das Juntas que representa 0,1% do orçamento da Câmara, é que me custa a perceber. Se forem 30 mil euros, em 31 milhões, é como diz o outro "é só fazer as contas". Posso estar enganado na percentagem, mas não devo estar. Parece-me, manifestamente, insuficiente. Tanto valor que dão aos Presidentes de Junta às Juntas de Freguesia, que são os melhores, que fazem tudo, toda a gente fala que somos os melhores, mas depois, quando chega à parte mais interessante temos que nos desenrascar com o que há. Eu não sou contra as dificuldades que a Câmara possa ter no agravamento dos custos, poderá ter, mas também se querem que nós façamos mais obra têm que nos dar condições. E as condições não são só palmadas nas costas. É dinheiro ou cedência de máquinas ou outros meios. Por exemplo, a Câmara emprestou-me uma carrinha, durante 3 meses, que me fez muito jeito. Já tive a oportunidade de agradecer, e faço-o aqui publicamente. E são este tipo de situações. Neste caso foi isso. Ou a Câmara adquirir máquinas que possam ser cedidas às Juntas para executarem determinados trabalhos. Isto também é uma forma de ajuda.

Parece-me, manifestamente, insuficiente. Com uma agravante de perdermos 18% do nosso orçamento em dois anos. Ou seja, 10% em 2022, mais 8% previsto de inflação para 2023, são 18%. Ora 18%, arredondando isto para a Junta de Freguesia, num orçamento que ronda os 250 mil euros, dá 45 ou 46 mil euros. Destes 46 mil euros de perda económica para a Junta, se nós juntarmos 5 ou 6 mil euros que possam ir buscar a esses 30 mil euros de aumento da verba para o protocolo, mesmo assim perdemos 40 mil nesta passagem de 2022 e 2023. Se replicarmos isto, em termos médios, perdendo 20% a cada 2 anos, daqui a 8 anos fechávamos a porta da Junta.

E estou convicto de uma coisa. Que o meu companheiro de Junta, João Campolargo, se inda fosse Presidente de Junta, também concordaria comigo. Penso que não estou errado. Provavelmente, se qualquer um destes Presidentes de Junta estivesse aí, nesse lugar, pensaria diferente, não estou a dizer que não, mas se o sr. Presidente estivesse deste lado, provavelmente concordaria comigo.

E também estou um pouco preocupado - tudo o resto é para reflexão - e queria uma resposta, só à parte final do que vou perguntar. Se o que está nos plurianuais é para manter. Porque, pela leitura que eu fiz, de forma ligeira, ao documento, parece-me que para 2024, 2025, 2026

e 2027, os valores passam de 580 mil euros para 600 mil euros e, de pois, perpetuam-se nos 600 mil euros. Ou seja, se o sr. Presidente ganhar mais dois mandatos, teremos mais dois mandatos sempre nos 600 mil euros. Não estarei cá como Presidente de Junta, mas preocupa-me pela Freguesia, não pela minha função em si.

Deixo estas preocupação à reflexão do Executivo e estou certo de que se decidirem aumentar os valores para as Juntas, que foi o que sempre reivindicámos em conjunto, penos que não haverá ninguém desta Assembleia que vá votar contra. Penso eu. Mas se votar, cá estaremos nós para pressionar. Bom Natal a todos e boas entradas. Obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:31':11")

«Eu vou-lhe dizer, sr. Presidente Augusto Rocha, que fiquei um bocado admirado com o seu discurso. A importância dos relatórios é tão grande que deu para que três Presidentes de Junta se manifestassem, hoje, perante a Assembleia Municipal e perante quem está, lá em casa, a ouvir-vos.

Eu penso que aquele trabalho, que eu acho que fiz bem, e que tive reconhecimento da comunidade, como valorizo, também, os meus colegas Presidentes de Junta, e muito, como sabe defendi nacionalmente as Juntas de Freguesia - hoje até temos o nosso Presidente de Junta da Gafanha da Nazaré no Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias, onde eu estive - vejo que esta decisão dos relatórios foi capital.

Depois, fio admirado quando me começa a falar sobre a questão das receitas próprias.

Aquilo que nós queremos, como Câmara Municipal, é que as Juntas de Freguesia fortaleçam o seu capital humano. Isso tem sido discutido ao longo de algum tempo. E que tratem das suas instalações. Parece-me que a Junta que tem mais território é a Junta de São Salvador, acho que é indiscutível isso. A seguir a Gafanha da Nazaré, depois a Encarnação e, depois, o Carmo. E olhando para os orçamentos as Juntas, também vimos que há uma responsabilidade do Governo deste país de transitar, para essas Juntas, as verbas suficientes para a sua realização anual.

A atitude do autarca anterior foi defendida, por mim, enquanto Presidente de Junta. Não me parece muito correto - e permita-me, hoje, vestir a camisola de Presidente da Câmara e Presidente de Junta, ao mesmo tempo - fazer qualquer referência sobre aquilo que é a gestão da Câmara, ou os princípios sobre as obras ou outras coisas quaisquer, quando as suas prioridades não foram muito bem aquelas eu nós definimos. Mas tudo bem. O senhor saberá e a sua Assembleia saberá julgar. Eu não tenho que julgar nada, perante ninguém, sobre o senhor. Há uma amizade nossa que tem anos.

Estas referências do 0,1% do orçamento da Câmara nunca as ouvi, de si, antes. E os valores eram, particularmente, os mesmos. Em reuniões que partilhámos ao mesmo tempo e que defendemos esta noção precisa. Mas eu vou fazer uma coisa. E já o disse, aqui, no início da reunião. Nós temos a noção do trabalho que as Juntas fizeram, e bem, do empenhamento que os srs. Presidentes de Junta tiveram, e que, neste momento, exceto a Gafanha do Carmo, estão todos a tempo inteiro nas suas funções. Exceto o Carmo, que não tem veículo próprio para circular, mas todos têm veículo próprio para se deslocarem. Sacho que as pessoas vão ser muito mais compensadas por isso. Eu sinto a vantagem que tive da minha Junta me proporcionar isto, que já vinha do meu colega anterior, e a facilidade com que me deslocuei e estive presente em todos os momentos, fora e dentro da Freguesia. E isso é um valor que tem que ser gerido por vocês. E vou tentar, naquilo que são os orçamentos futuros, requalificar aquilo que disse. Quando fiz o orçamento plurianual, no passado, também me deparei com verbas muito idênticas, nem eram crescentes, eram idênticas. Mas também deixo para si, como já disse várias vezes, os documentos estão na página da Câmara Municipal, podemos consultá-los e vemos qual era a interpretação disso. Também não vi essas interpretações no passado, mas registo isso. sempre reclamámos mais verba. Aí estamos todos de acordo sobre isso.

Relativamente ao Luís Diamantino e ao João Braga. Fizeram, como o Augusto Rocha, referências importantes aos relatórios. O nosso vereador João Semedo tem feito um esforço para estar próximo de vocês, circular próximo, ver os problemas que gravitam nas Freguesias, e tratar deles a seu tempo.

Queria deixar duas notas de reconhecimento, e aos trabalhadores da Câmara que têm feito com que este trabalho também seja merecedor. O último trabalho que fizemos de tamponamento de buracos nas estradas, tentado que o alcatrão fosse o mais fresco possível, para esse exercício - era um problema que nós tínhamos sempre - vamos continuar a coordenar convosco.

Deixar também uma nota importante daquilo que têm sido as informações que têm prestado em todas as sinalizações que fazem, por exemplo, o Augusto Rocha com algumas situações na Costa Nova, nomeadamente na ajuda e no trabalho com a Associação de Pais da Costa Nova.

Prepararmo-nos todos para estarmos, no dia 9, no aniversário da Freguesia da Gafanha da Encarnação e na abertura do Mercadinho de Natal. E, posteriormente, também em São Salvador.

Deixar uma nota ao senhor Borges pela resistência e participação da comunicação social, e pela difusão das informações que aqui passam. Deixar esta nota, porque, muitas das vezes, a comunicação social faz relevo a notícias que são relevantes para nós para podermos estar a par dos acontecimentos.

Fica esta nota coletiva da participação das Juntas e da Comunicação Social na informação e na divulgação dos problemas que acontecem no nosso município. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:37:46")

«Vejo que não há interessados numa segunda ronda de intervenções, considero que o Plenário tomou conhecimento do 3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2022.»

Ponto 10. "Concurso Internacional de Fornecimento de Refeições Escolares".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:38:06")

«Passamos então ao último ponto da Ordem do Dia. Ponto 10, "Concurso Internacional de Fornecimento de Refeições Escolares". Sr. Presidente da Câmara, faça o favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:38:19")

«Nós estamos, com algum tempo, a fazer este trabalho. Acho que no tempo devido. Nós temos este processo contratualizado até junho de 2023. Devemos começar o próximo ano letivo já com este novo contrato. Tratando-se de um processo complicado, houve uma situação que eu fiz que foi fazer uma consulta preliminar às empresas que estão a atura no país. E, por isso, já concebemos este projeto após uma consulta daquilo que poderiam ser as ofertas e preço. Deixo aqui esta nota, com uma referência para algumas situações que nós achamos que vão ter acréscimo, nomeadamente as refeições servidas nos armazéns do município que, neste momento, tem uma maior adesão dos nossos colaboradores.

Uma vez que se trata de um projeto a 3 anos, fazer as devidas alterações ao número de alunos. Poderemos ter mais alunos nas nossas escolas e isso vai acarretar mais despesa.

Está aqui uma previsão que andarà à volta dos 5 milhões de euros, o que representa uma incumbência anula de perto de 1 milhão de euros.

O processo está bem documentado, mas se houver alguma dúvida estarei aqui para esclarecer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:39:50")

«Registo que não há inscrições para intervenções. Presumo que o sr. Presidente já tenha concluído as suas referências. Muito bem.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:40:00")

«Vamos proceder à votação do Ponto 10 e último da Ordem do Dia: "Concurso Internacional para o Fornecimento de Refeições Escolares". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A proposta para a abertura do processo de "Concurso Internacional Fornecimento Refeições Escolares" foi **aprovada, por Unanimidade.**

Conclusão

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:40':39")

«Sr. Presidente. Se for possível, antes da conclusão dos trabalhos, gostaria de dar uma breve nota. Obrigado.

Eu queria desejar a todos um excelente Natal. Que tudo vos corra bem a vocês e às vossas famílias. Agradecer a forma como discutimos, hoje, os assuntos de interesse municipal. Iremos ser responsáveis por este voto que aqui aconteceu perante as GOP e o Orçamento. Estamos disponíveis para discutir, a qualquer momento, uma situação ou outra que vocês vejam que está menos bem. E valorizar este trabalho que foi feito nestas duas sessões.

Continuamos juntos e Boas Festas. Boas Festas para quem está lá em casa. E um agradecimento especial à Terra Nova pela participação assídua.

Deixo, mais uma vez, a vontade que o ano que vem seja melhor que este, sabendo das dificuldades que passámos e as que estão prometidas, mas vamos tentar inverter isso tudo para que seja o melhor ano de sempre. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:41':35")

«Antes de encerrarmos a sessão, peço ao 1.º Secretário que leia a Ata em Minuta, para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do Edital com as respetivas deliberações.»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (04:44':21")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, desejando a todos os presente e aos que acompanharam a sessão via streamig Boas Festas e um excelente ano de 2023. Eram 00:45 horas do dia 1 de dezembro de 2022.

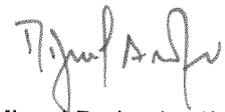
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro 2022, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 4. Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Orçamental (1.º semestre 2022).

Deliberado **Tomar conhecimento.**

Ponto 5. Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2023.

Ponto 5.1. Valor do **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** para 2023.

Este ponto mereceu a seguinte votação: 9 Votos a favor, 15 Abstenções, e zero Votos contra.
Aprovado por **Maioria.**

Ponto 5.2. Valor da Taxa sobre a **Derrama** para 2023.

Este ponto mereceu a seguinte votação: 8 Votos a favor, 15 Abstenções, e 1 Voto contra.
Aprovado por **Maioria.**

Ponto 5.3. Valor da **Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)** para 2023.

Este ponto mereceu a seguinte votação: 9 Votos a favor, 15 Abstenções, e zero Votos contra.
Aprovado por **Maioria.**

Ponto 5.4. Valor da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** - serviços de comunicações, para 2023.

Este ponto mereceu a seguinte votação: 8 Votos a favor, 9 Abstenções, e 7 Votos contra.
Aprovado por **Maioria.**

Ponto 6. Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023;

Este ponto mereceu a seguinte votação: 8 Votos a favor, 16 Abstenções, e zero Votos contra.
Aprovado por **Maioria.**

Ponto 7. Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2023;

Este ponto mereceu a seguinte votação: 24 Votos a favor, zero Abstenções, e zero Votos contra.
Aprovado por **Unanimidade.**

Ponto 8. Mapa dos Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços;

Deliberado **Tomar conhecimento.**

Ponto 9. 3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2022;

Deliberado **Tomar conhecimento.**

Ponto 10. Proposta de abertura de **Concurso Internacional Fornecimento refeições Escolares.**

Este ponto mereceu a seguinte votação: 24 Votos a favor, zero Abstenções, e zero Votos contra. Aprovado por **Unanimidade.**

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 30 de novembro de 2022, respeitante à Sessão Ordinária de Novembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE.***

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2022.12.02 12:36:53+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Novembro no Salão Nobre dos Paços do Município.

Esta Sessão dividiu-se em três reuniões, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças na 2.ª Reunião (30 de novembro de 2022).

Sessão Ordinária de Novembro

2.ª Reunião - 30NOV2022

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário		X	X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	substitui (365 dias)		X
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (305 dias)		X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	suspensão 305 dias		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			
João Pedro Ribau Casqueira			X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			
Modesto Manuel dos Santos	substitui (365 dias)		
Sara Daniela Silva Pinho	suspensão mandato 365		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X

Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Rui Manuel da Rocha Rufino (substitui Daniela Ribeiro Alegria)	UPF		X
Mariana Alvelos Silva (substitui Domingos Manuel Ferreira Vilarinho)	PS		X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		X
Carlos António das Neves Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré substituído pelo Vogal da Junta de Freguesia, Manuel António Cesário Trovisco	Junta Freguesia da Gafanha da Nazaré		X

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 janeiro 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (305 dias a partir de 15 junho 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2023): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Ílhavo, 30 de novembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo